



Universidade do Minho
Escola de Direito

Roberto da Costa Pacheco

**A Impunidade das Violações de Direitos
Humanos em Timor Leste durante
a Ocupação Indonésia (1975-1999)**



Universidade do Minho

Escola de Direito

Roberto da Costa Pacheco

**A Impunidade das Violações de Direitos
Humanos em Timor Leste durante
a Ocupação Indonésia (1975-1999)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Direitos Humanos

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Patrícia Jerónimo

dezembro de 2017

Nome: Roberto da Costa Pacheco

Endereço eletrónico: robertopacheco847@gmail.com

Telefone: 968603554

Passaporte: C0063039

Título da dissertação: A Impunidade das Violações de Direitos Humanos em Timor Leste durante a Ocupação Indonésia (1975-1999)

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Jerónimo

Ano Conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Direitos Humanos – Escola de Direito

É AUTORIZADA A PRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 6 de dezembro de 2017

Assinatura:_____

“A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos”.

Hannah Arendt

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais António Pacheco e Lucília da Costa desde o início do meu percurso académico até agora.

Desde início as minhas primeiras palavras de gratidão seguem para a Professora Doutora Patrícia Jerónimo, orientadora desde projeto, que sempre esteve presente e disponível.

Agradecimento especial à minha esposa Cesaltina Campos dos Santos e à minha filha Eufémia Campos da Costa Pacheco que sempre acalmaram as minhas inquietações com palavras de incentivo nos momentos de tristeza e nos momentos de fragilidade.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Direitos Humanos, desde a primeira aula até agora.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo desenvolver um trabalho empírico para determinar e analisar a percepção que as populações de Timor-Leste têm do funcionamento do Painel de Crimes Graves e das Comissões de Reconciliação criadas para apreciar as violações de direitos humanos praticadas durante a ocupação indonésia do território, entre 1975 e 1999, bem como averiguar se existem ainda expectativas e reivindicações por parte da população timorense quando à criação de um Tribunal Penal Internacional *ad hoc* para julgamento dos crimes cometidos durante ocupação indonésia.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos, em traços muito breves, a história da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (1975-1999). No segundo capítulo, analisamos a ação da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), em particular, o julgamento dos crimes graves. No terceiro capítulo, analisamos o modo como as autoridades timorenses lidaram, já depois da independência de Timor-Leste, com as violações de direitos humanos praticadas durante a ocupação indonésia. Finalmente, no quarto capítulo, apresentamos e discutimos os resultados do trabalho empírico realizado em Timor-Leste, com base em entrevistas semiestruturadas, destinadas a aferir se (e, em caso afirmativo, em que medida) a população timorense vê as medidas adotadas pela UNTAET e pelas autoridades timorenses como sendo conducentes à impunidade dos autores das violações de direitos humanos que ocorreram em Timor-Leste durante a ocupação indonésia.

Com este estudo, esperamos poder contribuir para os todos timorenses que continuam a buscar justiça sem cansaço por todos os crimes graves cometidos no passado, embora os líderes de Timor-Leste e da Indonésia estejam menos entusiasmados com a justiça porque estão mais preocupados com a reconciliação.

PALAVRAS-CHAVE: Crimes Graves, Direitos Humanos, Justiça, Reconciliação, Timor-Leste

ABSTRACT

The main object of this dissertation is an empirical research into the way in which the people in Timor-Leste see the functioning of the Serious Crimes Panel and the Reconciliation Commissions set up to review the human rights violations perpetrated during the Indonesian occupation of the territory, from 1975 until 1999, as well as to determine whether there are still expectations and calls among the East Timorese for the creation of an *ad hoc* International Criminal Court to judge the crimes perpetrated during the Indonesian occupation.

This dissertation is structured in five chapters. The first chapter gives a brief presentation of the history of the Indonesian occupation of Timor-Leste, from 1975 until 1999. The second chapter reviews the role performed by the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), in particular the judgements of serious crimes. The third chapter reviews the way in which, after Independence in 2002, the Timorese authorities addressed the human rights violations perpetrated during the Indonesian occupation. Finally, the fourth chapter presents and discusses the outcomes of the empirical research conducted in Timor-Leste, on the basis of semi-structured interviews, with the goal to determine if (and if so, to what extent) the Timorese population sees the measures adopted by UNTAET and by the Timorese authorities as being conducive to the impunity of the perpetrators of human rights violations during the Indonesian occupation.

With this study, we aim to be able to contribute to the plight of all the Timorese who are still in search for justice for all the serious crimes committed in the past, when the Timorese and the Indonesian leaders seem to be more focuses on reconciliation than on justice for the victims.

KEY WORDS: Serious Crimes, Human Rights, Justice, Reconciliation, Timor-Leste

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE.....	vii
Introdução	1
Capítulo I.....	9
A ocupação indonésia de Timor-Leste (1975-1999)	9
Capítulo II.....	22
A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) e o julgamento dos crimes graves	22
1. Instituição da UNTAET	24
2. Painel Especial dos Crimes Graves	26
2.1 Competências do Painel Especial dos Crimes Graves	29
2.2 Decisões proferidas pelo Painel Especial para Crimes Graves	31
Capítulo III	36
As Comissões de Verdade e Amizade após a independência de Timor-Leste.....	36
1. Comissão de Acolhimento Verdade e de Reconciliação (CAVR)	36
2. Comissão Verdade e Amizade	39
Capítulo IV	43
Apresentação, análise e discussão dos resultados do trabalho empírico	43
1. Desenho metodológico do trabalho empírico.....	43
2. Percepção das populações sobre o funcionamento do Painel Especial dos Crimes Graves.....	44
3. Percepção das populações sobre a opção das autoridades timorenses de apostar na amizade e reconciliação com a Indonésia e sobre o funcionamento das Comissões de Verdade e Amizade.....	45
4. As propostas relacionadas com a Criação de um Tribunal Internacional (Ad Hoc) de Timor-Leste ou com o julgamento dos crimes pelos tribunais timorenses	47
Conclusão	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS	57

Introdução

A República Democrática de Timor-Leste está localizada na ilha de Timor. Ocupa a parte oriental da ilha de Timor e o enclave de Oe-Cusse, situado em Timor Ocidental que é parte da Indonésia, bem como duas ilhas muito pequenas, a ilha de Ataúro e a ilha de Jaco. A área total de Timor-Leste é de 14 609 quilómetros quadrados¹. A República Democrática de Timor-Leste é um dos mais jovens Estados do mundo, tendo sido oficialmente reconhecida pela comunidade internacional como Estado independente no dia 20 de maio de 2002². Atualmente tem uma população de aproximadamente 1.200.000 pessoas³.

Quando os portugueses chegaram à ilha de Timor, por volta de 1515, a ilha era governada por “régulos” na sua totalidade. Sendo que o *Behale* exercia autoridade sobre a região dos Belos na parte oriental (atual Timor Leste) e o *Senobai* que exercia autoridade sobre a *Servião* na parte ocidental (ocupada atualmente pela Indonésia)⁴.

Os portugueses começaram a negociar com a ilha de Timor no início do século XV e ocuparam-na no meio deste século também. Depois de vários confrontos com a Holanda, fez-se um acordo em 1859 em que Portugal concedeu a parte ocidental da ilha. O Japão ocupou Timor Leste entre 1942 e 1945, mas depois da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, Portugal voltou a governar Timor Leste até 1975.

Em 1974, após a Revolução dos Cravos em Portugal e em virtude de o último Governador de Portugal em Timor Leste, Mário Lemos Pires, não ter recebido do governo central em Portugal mais reforços militares para Timor-Leste, uma forte guerra civil eclodiu no território. Incapaz de controlar a situação durante a guerra civil, o Governador

¹ Cf. Clinton Fernandes, “Companion to East Timor – Nasionalisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor Leste [Nacionalismo, Independência e o Futuro de Timor Leste]”, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/timor-companion/kolonialisme-timor-leste> [02.03.2017].

² Cf. Patricia Jerónimo, “Report on Citizenship Law East Timor (Timor-Leste)”, 2017, disponível em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45931/GLOBALCIT_CR_2017_07.pdf?sequence=1 [22.06.2017].

³ Cf. Patricia Jerónimo, “Report on Citizenship Law East Timor (Timor-Leste)”, *op. cit.*

⁴ Cf. Miguel Galvão Teles, “Timor Leste”, 2001, p. 183, disponível em <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf> [05.10.2017].

ordenou a retirada dos últimos soldados portugueses que estavam em Timor Leste para a Ilha de Cabra, conhecida como a ilha de Ataúro⁵. É comumente observado na doutrina que Portugal falhou no processo de descolonização no Timor Português, tendo continuado a reivindicar Timor Leste como seu território, apesar de o ter abandonado e de nunca o ter cuidado bem como seu território⁶.

A FRETILIN declarou unilateralmente a independência de Timor Leste como a República Democrática de Timor-Leste, em 28 de novembro de 1975. Com a retirada dos militares portugueses em 1975, as forças armadas indonésias aproveitaram para invadir o país, contando com o apoio de timorenses pró-integração que solicitaram o apoio da Indonésia para assumir Timor Leste, porque a governação FRETILIN nessa altura se inclinava para o regime comunista⁷. Os Estados Unidos da América e a Austrália “aprovaram” a invasão indonésia por medo de que Timor-Leste se tornasse um antro do comunismo, principalmente devido ao facto de uma grande força na guerra civil timorense ser a FRETILIN, marxista-comunista. Os Estados Unidos e a Austrália estavam preocupados com um efeito de propagação do domínio de influência comunista no sudeste da Ásia depois de os EUA terem saído do Vietnam com a queda de Saigon ou Ho Chi Minh City⁸.

⁵ Cf. Mário Lemos Pires, “Teria sido possível descolonizar Timor Leste”, em Sílvia L. Sant’Anna (org.), *Timor Leste: Este País Quer Ser Livre*, 1997, p. 87; David Hicks, “Da coligação ao golpe. Inevitabilidade e consequência na descolonização do Timor Português”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, p. 281; AAVV, *Relatório Chega, Regime de Ocupação*, disponível em http://dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/04_regime_de_ocupacao.pdf [12.02.2017]; Patrícia Jerónimo, “Report on Citizenship Law East Timor (Timor-Leste)”, disponível em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45931/GLOBALCIT_CR_2017_07.pdf?sequence=1 [22.06.2017].

⁶ Cf. Stéphane Doyet e Frédéric Durand, “Crónica de uma anexação hesitante: A invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, p. 349.

⁷ Cf. Stéphane Doyet e Frédéric Durand, “Crónica de uma anexação hesitante: A invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, p. 349.

⁸ “É bom registar – para circulação restrita – que o Primeiro Ministro colocou com toda a franqueza os seus pontos de vista nesta matéria do seguinte modo: «Eu sou a favor da incorporação [de Timor Leste a Indonésia], mas isso deve ser feito respeitando o princípio da autodeterminação. Quero a incorporação mas não quero que seja feita de modo a que se crie entre os australianos um sentimento mais crítico em relação à Indonésia”. Cf. Clinton Fernandes, “Conseguiremos viver com as consciências? A Austrália e a anexação Indonésia de Timor Leste”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, p. 354.

Mas a Organização das Nações Unidas (ONU) não aprovou a ação da Indonésia de invadir Timor-Leste, tendo o Conselho de Segurança e a Assembleia-Geral adotado resoluções várias exigindo que a Indonésia retirasse imediatamente os seus militares do território de Timor-Leste. Ao mesmo tempo, o governo português cortou os laços diplomáticos com a Indonésia. Como observa Patrícia Jerónimo, o governo português trouxe o caso do ataque militar da Indonésia à sessão da ONU para incentivar o surgimento de uma resolução da Assembleia-Geral sobre Timor-Leste⁹.

Em 17 de julho de 1976, por deliberação do Parlamento indonésio, o território de Timor-Leste tornou-se parte da Indonésia, como a 27.^a província. Estava iniciada uma ocupação que perduraria até ao ano 1999, ano em que os timorenses foram chamados a pronunciar-se em referendo sobre se queriam ou não ser independentes da Indonésia e em que, perante a violência que se seguiu à divulgação dos resultados do referendo, a Organização das Nações Unidas assumiu a administração transitória do território em preparação da independência.

Após a ocupação indonésia do território de Timor Leste, a violência instaurou-se, atingindo o seu pico no momento do referendo da independência, em agosto de 1999. Além disso, durante a luta pela independência, houve muitas vítimas quer do lado da Indonésia quer do lado de Timor-Leste. Como observa Patrícia Jerónimo, a criação do Estado de Timor-Leste foi um processo muito longo e doloroso¹⁰.

Quando as tropas indonésias entraram em Timor Leste, em 7 de dezembro de 1975, a FRETILIN foi forçada a fugir para as montanhas, acompanhada por milhares de pessoas, para, a partir daí, lutar contra os militares indonésios. Mais de 200.000 destas pessoas então morreram nos bombardeios aéreos pelos militares indonésios ou por causa de doenças e fome. Muitos também morreram na cidade de Díli depois de se renderem

⁹ Cf. Patrícia Jerónimo “Report on Citizenship Law: East Timor (Timor-Leste)”, pp. 7-9, disponível em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45931/GLOBALCIT_CR_2017_07.pdf?sequence=1 [20.08.2017].

¹⁰ Cf. Patrícia Jerónimo, “Os Direitos Fundamentais na Constituição da República Democrática de Timor-Leste e na jurisprudência do Tribunal de Recurso”, 2011, disponível em <http://docplayer.com.br/6814881-Os-direitos-fundamentais-na-constituicao-da-republica-democratica-de-timor-leste-e-na-jurisprudencia-do-tribunal-de-recurso.html> [02.05.2015].

aos militares indonésios, mas as equipas da Cruz Vermelha Internacional que lidam com essas pessoas não têm dados precisos quanto ao número de mortos¹¹.

Além das vítimas da população civil no mato, há também conhecimento de um massacre levado a cabo, no início da luta pela independência, por grupos radicais da FRETILIN no mato contra o grupo mais moderado. Todas estas histórias são recontadas por pessoas como Francisco Xavier do Amaral, o primeiro Presidente de Timor Leste depois da declaração unilateral de independência no ano de 1975. Segundo o seu relato, se o então Tenente Wiranto não tivesse salvado Xavier do buraco onde ele havia sido preso pela FRETILIN no mato, Francisco Xavier do Amaral não teria podido ser o presidente do Partido Associação Social Democrática de Timor-Leste (ASDT) e membro do Parlamento Nacional depois de Timor-Leste restaurar a sua independência no ano de 2002¹². Além de Francisco Xavier do Amaral, há também um comandante do setor chamado Aquiles Freitas que foi declarado desaparecido no mato pela FRETILIN e que terá provavelmente sido morto por um grupo radical da FRETILIN. A esposa do comandante Aquiles Freitas está agora em Baucau e ainda continua a perguntar a todos os comandantes da “outra FRETILIN” que fizeram parte do controle no setor leste naquele tempo sobre o paradeiro do seu marido¹³.

Durante os 24 anos de ocupação indonésia, mais de 200.000 pessoas foram declaradas mortas. Segundo dados da Comissão de Amizade, Verdade e Reconciliação, 183.000 pessoas foram mortas por tropas indonésias, devido a envenenamento químico de bombas de napalm e morteiros¹⁴. Muitas pessoas morreram de fome ou doença¹⁵.

¹¹ Amnistia Internacional, “TIMOR-LESTE Justiça atrasada, justiça negada: Um relatório da Amnistia Internacional para a Revisão Periódica Universal da ONU”, 2011, p. 3, disponível em <https://www.laohamutuk.org/Justice/UPR/asa570032011in.pdf> [02.02.2017].

¹² Informação obtida na Wikipédia da Indonésia, entrada sobre “História de Timor Leste”, disponível em https://id.wikipedia.org/wiki/Sejarah_Timor_Leste [04.08.2017].

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ Amnistia Internacional, “TIMOR-LESTE Justiça atrasada, justiça negada: Um relatório da Amnistia Internacional para a Revisão Periódica Universal da ONU”, 2011, p. 3, disponível em <https://www.laohamutuk.org/Justice/UPR/asa570032011in.pdf> [02.02.2017].

¹⁵ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, seção 6 do capítulo 6, sobre o perfil das violações dos direitos humanos em Timor-Leste (1974-1999), disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf> [10.08.2017].

De acordo com relatório da Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR), intitulado “*Chega!*”, muitas pessoas morreram nos anos 1970 porque os militares indonésios colocaram em prática uma estratégia de destruição e extermínio: bombardearam todos os lugares considerados estratégicos, nomeadamente, os lugares onde se encontravam os guerrilheiros; queimaram e destruíram as principais fontes de alimentação para as populações e guerrilheiros; isolaram as populações civis e alguns guerrilheiros capturados em áreas fechadas sob forte vigilância dos militares indonésios; não forneciam comidas para as populações e alguns guerrilheiros capturados; proibiram a população de viajarem livremente sem a autorização dos militares indonésios; recusaram adotar as exigências internacionais com finalidade de fornecer ajudas alimentares às populações, especialmente crianças e velhos; praticaram assassinatos em massa praticamente em todo o território nacional, etc.¹⁶. Segundo a CAVR, estas práticas, constituem uma violação de todas as obrigações decorrentes do Direito internacional humanitário e presume-se claramente a responsabilidade do Estado em todas essas mortes, onde os militares cometeram vários crimes de guerra e crimes contra a humanidade¹⁷.

A violência, que foi contínua durante o período da ocupação (1975-1999), conheceu um pico na sequência da divulgação dos resultados do referendo realizado em 30 de agosto de 1999, em que a maioria dos timorenses votou pela independência face à Indonésia. Entre o momento do referendo e a chegada das forças de paz da ONU, no final de setembro de 1999, os grupos anti-independência ou pró-integração, apoiados pela Indonésia, organizaram respostas de abate maciço, em que cerca de 1.400 pessoas morreram e 300.000 foram forçadas a fugir para Timor Ocidental. Calcula-se agora que existam cerca de 28.000 timorenses que ainda vivem na Indonésia. A maior parte das infraestruturas, tais como casas, sistemas de irrigação, água, eletricidade e escolas foram destruídas e as populações foram forçadas a fugir para Timor Ocidental (Indonésia)

¹⁶ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf> [10.08.2017].

¹⁷ *Idem, ibidem.*

praticamente sem nada de seu¹⁸. Em 20 de setembro de 1999, forças de manutenção da paz com a designação de Força Internacional para Timor Leste (International Force for East Timor), INTERFET, chegaram ao território e puseram fim à violência. Em 20 de maio de 2002, Timor-Leste foi reconhecido internacionalmente como um Estado independente sob o nome de Timor-Leste com assistência excepcional das Nações Unidas¹⁹ (assistência para estabelecimento de todos os órgãos do Estado, ou seja, os órgãos dos poderes judicial, legislativo e executivo).

Embora as investigações da CAVR apontem para os mesmos tipos de violações dos direitos humanos mencionadas acima, muitos dos perpetradores de crimes graves contra a humanidade nunca foram julgados, *apesar da criação*, em Timor-Leste, de um Painel Especial para os Crimes Graves e, na Indonésia, de um Tribunal Ad Hoc para o julgamento dos crimes contra a humanidade praticados durante a ocupação do território. Em muitos casos, o julgamento dos autores de crimes contra a humanidade não foi feito devido à fuga para a Indonésia de muitos dos indivíduos acusados, por um lado, e, por outro lado, devido à opção política das autoridades timorenses e das autoridades indonésias de apostarem numa política de reconciliação pacífica. Em 2005, os governos de Timor-Leste e da Indonésia estabeleceram uma Comissão de Verdade e Amizade (CVA) para divulgar a verdade sobre todas as violações dos direitos humanos praticadas pelos militares indonésios, conforme mencionado no relatório final intitulado *Per Memoriam ad Spem*, que significa “From Memories to Hope/Das Lembranças à Esperança”²⁰.

A atitude dos governos de Timor-Leste e da Indonésia fizeram disparar, não só, consideráveis críticas internacionais, como também inúmeras críticas da própria sociedade timorense, considerando que esta Comissão tem um plano que vai no sentido de conceder a amnistia aos alegados praticantes de violações de direitos humanos ou crimes graves contra a humanidade, afastando assim a possibilidade de uma ação judicial.

¹⁸ Cf. Galuh Wandita *et al.*, “Bertahan dalam Impunitas/Persistir na Impunidade”, 2015, pp. 212-251, disponível em <http://www.asia-ajar.org/files/Indonesia%20Report%20-%20Bertahan%20dalam%20Impunitas-low.pdf> [02.01.2017].

¹⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁰ Cf. Comissão de Verdade e Amizade, *Relatório Final CVA “Per Memoriam ad Spem”*, 2009, disponível em <http://www.chegareport.net/wp-content/uploads/2014/10/CTF-report-English-Version.pdf> [05.11.2017].

Muitos em Timor-Leste manifestam a sua frustração com esta opção política do Governo e alarga-se a insatisfação com a onda de impunidade em relação aos crimes praticados pelos militares indonésios. Isto apesar de, no seu relatório final, a CVA dizer que o TNI (Tropa Nacional da Indonésia) como organização deve ser responsabilizado por todos os crimes contra a humanidade que os seus agentes cometeram em Timor-Leste²¹.

No presente trabalho, procuramos refletir sobre a perceção de impunidade da violação dos direitos humanos em Timor-Leste durante a ocupação indonésia, na sociedade timorense em geral.

No primeiro capítulo, tentaremos explorar a história da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (1975-1999), começando pelas primeiras movimentações indonésias ocorridas na sequência da “Revolução dos Cravos”, em Portugal, em abril de 1974, e da guerra civil em Timor-Leste, em 1975, para terminar na realização do referendo em 1999 e a violência que se seguiu até à intervenção das Nações Unidas.

No segundo capítulo, analisaremos a ação da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), em particular, o julgamento dos crimes graves.

No terceiro capítulo, analisaremos o modo como as autoridades timorenses lidaram, já depois da independência de Timor-Leste, com as violações de direitos humanos praticadas durante a ocupação indonésia. O foco principal será a opção política de promover a reconciliação nacional, no plano interno, e a amizade com a Indonésia, no plano internacional, através da criação da Comissão timorense de Amizade, Verdade e Reconciliação e a Comissão de Verdade e Amizade entre Timor-Leste e a Indonésia. Uma das hipóteses que pretendemos testar com este nosso estudo é a de a perceção da população timorense é a de que criação destas comissões permitiu (e permite) aos perpetradores de crimes graves contra os direitos humanos em Timor-Leste permanecer impunes e circular livremente, incluindo em Timor-Leste.

Finalmente, no quarto capítulo, vamos apresentar e discutir os resultados do trabalho empírico realizado em Timor-Leste, com base em entrevistas semiestruturadas, destinadas a aferir se (e, em caso afirmativo, em que medida) a população timorense vê

²¹ Cf. Comissão de Verdade e Amizade, *Relatório Final CVA “Per Memoriam ad Spem”*, 2009, pp. 259-264, disponível em <http://www.chegareport.net/wp-content/uploads/2014/10/CTF-report-English-Version.pdf> [05.11.2017].

as medidas adotadas pela UNTAET e pelas autoridades timorenses como sendo conducentes à impunidade dos autores das violações de direitos humanos que ocorreram em Timor-Leste durante a ocupação indonésia. Interessa-nos saber, em primeiro lugar, se os timorenses têm conhecimento da criação de um painel de crimes graves (e, em caso afirmativo, que opinião têm sobre o seu funcionamento); em segundo lugar, se os timorenses têm conhecimento da criação da CAVR, do seu funcionamento e das suas conclusões finais (e, em caso afirmativo, que opinião têm sobre o assunto); em terceiro lugar, se os timorenses consideram que as medidas adotadas são insuficientes e, em caso afirmativo, que outras soluções defendem como mais adequadas.

Capítulo I

A ocupação indonésia de Timor-Leste (1975-1999)

Pode dizer-se que a ocupação indonésia de Timor-Leste começou a ser preparada com a Revolução dos Cravos em Portugal, em abril de 1974, já que esta revolução abriu caminho ao reconhecimento por Portugal da independência das suas colónias (então denominadas províncias ultramarinas)²².

Após a revolução, os líderes timorenses fundaram alguns partidos com diferentes ideologias e objetivos: Francisco Xavier do Amaral, Marí Alkatiri e José Ramos Horta criaram a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), com o objetivo inicial de proclamar a independência face a Portugal; Mário Viegas Carrascalão fundou o Partido da União Democrática Timorense (UDT), com o objetivo inicial de permanecer sob os auspícios de Portugal, mas posteriormente acabaria por se juntar à FRETILIN na defesa da libertação de Timor-Leste como um Estado independente; finalmente, Domingos de Oliveira fundou o partido da Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), com o objetivo de incorporar ou fazer a integração de Timor-Leste na Indonésia, permitindo assim a anexação de Timor-Leste à Indonésia pela força. Ainda seriam fundados mais dois partidos com menor dimensão, como é o caso do Partido Trabalhista e do Partido Klibur Oan Timor Asswain (KOTA)²³.

Em 1975, Portugal retirou-se da colónia de Timor-Leste, sem fazer qualquer preparação. Desta forma, o país ficou desprotegido e, em seguida, para preencher o vazio de poder, a FRETILIN proclamou unilateralmente a independência de Timor-Leste em 28 de novembro de 1975. Na sequência desta declaração, o país entrou numa profunda guerra civil que teve consequências gravosas para a população e que está na origem da invasão de Timor-Leste por parte da Indonésia. No entanto, importa ainda realçar que a

²² Cf. Moisés Silva Fernandes, “O apaziguamento ocidental da Indonésia: Como o consenso político a partir de 1960 facilitou a invasão por Jakarta de Timor-Leste em 1974 – 1975”, em Rui Graça Feijó (org.), *Timor-Leste Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*, 2016, p. 243.

²³ Cf. Miguel Galvão Teles, “Timor Leste”, 2001, pp. 588-595, disponível em <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf> [05.10.2017].

guerra civil foi rapidamente vencida pela FRETILIN, contando com a ajuda da maioria da população que também ansiava pela independência do país²⁴.

Com o crescimento e a expansão do regime de Suharto no Sudeste Asiático, a APODETI e os restantes partidos solicitaram a integração do território na Indonésia, na Declaração de Balibó, em 27 de julho de 1976, dando um pretexto à invasão militar do território pelas tropas indonésias e subsequente integração de Timor-Leste como a 27.^a província da Indonésia. Esta unificação de Timor-Leste à Indonésia nunca foi reconhecida oficialmente pela Organizações das Nações Unidas (ONU)²⁵.

Com a invasão do país, as tropas indonésias recorreram a força e a repressão para controlar a população. Para consolidar o poder e dominar o território, recorreram sempre à violência como forma de espalhar o terror e assustar a população. Perpetraram perseguição e assassinato generalizado a todas as pessoas que não aceitavam a ocupação indonésia, essencialmente os simpatizantes da FRETILIN, e recorrendo a guerrilha nas montanhas de Timor-Leste e também as tropas indonésias promoveram o genocídio em grande escala em todo o território nacional²⁶. Então, uma vez instituído o Governo Provisório de Timor-Leste após a ocupação indonésia, *Pemerintahan Sementara Timor Timur* (PSTT), liderado por Arnaldo dos Reis de Araújo, o primeiro governador de Timor Timur escreveu uma carta secreta ao Presidente Suharto, dando conta da onda de terror e violência que tinha instalado no território, que passamos a citar:

“Nós reconhecemos que os saques de empresas privadas, escritórios do governo e estado, entidades financeiras podem ocorrer por causa de emoções durante a guerra, mas é difícil entender por que isso continua seis meses depois, para deixar todos em estado de insegurança que cruel ... manhã e à noite, em casa e meu escritório, viúvas,

²⁴ Cf. Mário Lemos Pires, “Teria sido possível descolonizar Timor” em Sílvia L. Sant’Anna “Timor-Leste este País Quer Ser Livre” pp. 89-110 e 595-599.

²⁵ Cf. Mário Lemos Pires, “Teria sido possível descolonizar Timor” em Sílvia L. Sant’Anna “Timor-Leste este País Quer Ser Livre”, *op. cit.*

²⁶ Cf. Noam Chomsky, “O mundo precisa saber”, em Sílvia L. Sant’Anna “Timor-Leste este País Quer Ser Livre”, pp. 121-129.

órfãos, crianças e pessoas com deficiência pedindo leite e roupas. Eu não posso fazer nada além de chorar por eles, porque o Governo Provisório não tinha nada”²⁷.

O facto de Portugal sempre se ter considerado potência administrante de Timor-Leste levou os portugueses a apresentar um pedido às Nações Unidas para que não se removesse a questão Timor-Leste da agenda do Conselho de Segurança da ONU. Com o tempo, a intervenção de Portugal junto da Organização das Nações Unidas no sentido de contestar a ocupação da Indonésia e denunciar a onda de assassinatos e barbaridades que se tinha espalhado um pouco por todo o país foi perdendo força. A ocupação indonésia continuou, no entanto, a merecer os protestos do povo timorense em geral e dos combatentes da liberdade que simbolicamente ainda continuavam a lutar em todo o território de Timor-Leste em nome da independência e da desocupação.

A ocupação/anexação do território de Timor-Leste foi rejeitada pela Nações Unidas e só foi reconhecida pelo governo da Austrália²⁸. Embora a Indonésia tivesse reivindicado Timor-Leste como sendo parte de seu território e sob o seu controle, esta reivindicação não foi considerada legítima pela sociedade internacional porque a ocupação foi conduzida pela anexação e causou muitas vítimas entre a população timorense²⁹.

Conforme consta do relatório produzido pela CAVR, foram recorrentes os massacres e assassinatos cometidos pelos militares indonésios, estimando-se que os números tenham oscilado entre 90.000 mortos e 220.000 mortos durante o conflito, isto é, no período compreendido entre 1975 a 1999³⁰. Como resultado da repressão e ações

²⁷Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005: Volume 3 p. 71 disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf>; <http://www.cavr-timorleste.org/chegaReport.htm> [12.03.2017].

²⁸ Cf. Clinton Fernandes, “Conseguiremos viver com as nossas consciências? A Austrália e anexação indonésia de Timor-Leste” em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, pp.353-371.

²⁹ Cf. Stéphane Doyet e Frédéric Durand, “Crónica de uma anexação hesitante: A invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, pp.329-350.

³⁰ Como indicado pelo Relatório *Chega!*, “É difícil determinar estatísticas muito precisas sobre o número de pessoas mortas no conflito. A Comissão só pode presumir que o limite mínimo de todo o número de mortes relacionadas com o conflito durante o período de referência da Comissão de anos 1974 - 1999 é de cerca de 102.800 (+/- 12.000). A estimativa é derivada a partir de (i) uma estimativa do total de todo o matando 18.600 (+/- 1000) ... e também (ii) 84200 8 (+/- 11000) de todas as mortes estimadas a partir de

militares em combate, tortura, além de fome e doença causada por explosivos, bombardeamentos e produtos químicos utilizados pelos militares indonésios, o número de vítimas aumentou de forma exponencial. Assim, para Noam Chomsky, um dos peritos linguísticos mais conhecidos da atualidade, a ocupação indonésia de Timor-Leste foi o pior exemplo de genocídio em relação à população desde o Holocausto Nazi³¹.

Como forma de reagir à violência e ao genocídio praticado pelos militares indonésios, em meados de 1976, a FRETILIN começou a reorganizar as estruturas do partido no sentido de reconstituir a sua força militar e garantir uma maior proteção da população. Com esse objetivo, organizou uma grande conferência nacional na parte oriental de Timor-Leste com a população rural, onde foi decidido que a guerra convencional deveria ser evitada e substituída pela guerrilha como forma de estratégia da defesa nacional³². Esta estratégia estabeleceu uma série de “zonas livres” (Zonas libertadas) em que existiam maiores bases de defesa (bases de apoio). Nas bases, existiam grupos civis que forneciam apoio logístico e eram protegidos pelo exército da Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), que contava ainda com o apoio de milícias e unidades de defesa civil³³. Como resposta, os militares indonésios recorreram aos aviões de guerra OV-10 Bronco, Skyhawk A - 4 e F5, fornecidos pelos Estados Unidos para realizar ataques aéreos a todas as bases de apoio definidas na estratégia como “zonas livres”³⁴.

fome e doença excede a quantidade total esperado se os números mortes pela fome e doença progride, como ocorreu durante o período de carência antes da invasão pelo lado indonésio”.

³¹ “É impressionante como um genocídio desta dimensão pôde passar despercebido da opinião pública mundial. Mas foi exatamente o desconhecimento dessa realidade, o seu silenciamento, o fator que mais contribuiu para que o drama de Timor atingisse tamanhas proporções”. Cf. Noam Chomsky, “O mundo precisa saber”, em Sílvia L. Sant’Anna (org.), *Timor-Leste: Este país quer ser livre*, 1997, pp.121.

³² Cf. António Marques dos Santos, “O sistema Jurídico de Timor Leste – Evolução e Perspetivas”, pp. 8-9 disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Santos-Antonio-Marques-O-SISTEMA-JURIDICO-DE-TIMOR-LESTE-EVOLUCAO-E-PERSPECTIVAS.pdf> [12.04.20017].

³³ *Idem, ibidem*, p. 9

³⁴ Cf. Stéphane Doyet e Frédéric Durand, “Crónica de uma anexação hesitante: A invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusutopia*, 2016, pp.329-350; Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, Capítulo V “Resistência: Estrutura e Estratégia, pp. 2-3 ponto 7, disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf> [10.08.2017].

No entanto, toda a base de apoio caiu no início de 1979 e os militares indonésios anunciaram o controle total de Timor-Leste a partir de 26 de março de 1979. Para aumentar o controle do país, os militares indonésios adotaram um conjunto de medidas extremas. O território foi fechado para a comunidade internacional, os meios de comunicação social e as agências e organizações internacionais foram proibidas e foi limitada a ajuda internacional.

Como resultado dos ataques aéreos da Indonésia, em todo território de Timor-Leste no ano 1976 a 1979, apenas três membros da Comité Central da FRETILIN sobreviveram, de entre os quais o líder Xanana Gusmão que posteriormente seria determinante para a independência do país. Em março de 1981, foi realizada pela FRETILIN em Maubai, Lakluta, uma Conferência de Reorganização Nacional que resultou na reorganização da estrutura política e dos guerrilheiros e das respetivas bases, bem como no começo da formação do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN)³⁵.

O CRRN passou a liderar todas as questões relacionadas com a luta pela independência, realizando mesmo um fórum nacional com todos os partidos e confissões religiosas com o objetivo de implicar todos os intervenientes na causa da luta pela libertação de Timor, sabendo que a libertação não se limitaria apenas à FRETILIN, mas sim a todos os timorenses.

Após o fórum nacional, podemos ler no relatório da CAVR que teve lugar um encontro secreto entre Xanana Gusmão e o Bispo e Administrador da Igreja Católica da Diocese de Díli, Monsenhor Martinho da Costa Lopes, em que o Bispo se congratulou com a realização do fórum nacional e salientou a necessidade de unidade nacional entre todos os grupos participantes na luta pela independência de Timor-Leste. O Bispo realçou o facto de a igreja não ter visto anteriormente qualquer movimento forte de resistência nacional, tendo também alertado para o facto de a FRETILIN estar associada ao comunismo e ao perigo que isto representava para legitimar a ocupação por parte da

³⁵ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, Capítulo V “Resistência: Estrutura e Estratégia”, pp. 2-3 ponto 10-11, disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf> [10.08.2017].

Indonésia, uma vez que as autoridades indonésias associavam o partido FRETILIN ao comunismo³⁶.

No ano seguinte, o Comité Central da FRETILIN salientou oficialmente a importância da unidade nacional em detrimento de razões ideológicas. Houve forte oposição dentro do partido e entre os seus líderes. A ala mais extremista, a FALINTIL, tentou mesmo um golpe interno falhado na impossibilidade de obter consensos, o que estará na origem da mudança da ideologia dentro do próprio partido, que passou a defender uma linha mais moderada, o que terá provocado o afastamento de alguns dos seus membros considerados mais radicais³⁷.

Em finais de 1988, todos os elementos da resistência, incluindo os mais radicais, acabariam para reintegrar o partido com o objetivo de criar uma estrutura mais abrangente, sólida e unificada. Este processo é mais conhecido como o alinhamento da estrutura da resistência de boa vontade revolucionária, em que o Conselho da Revolução da Resistência Nacional (CRRN) foi substituído pelo Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM). Após o fórum que substituiu CRRN pela CNRM e devido as dificuldades de conciliar elementos da luta pró-independência e as alterações adicionais que nomeia a FALINTIL como a ala militar do CNRM estarão na origem da demissão de Xanana Gusmão da FRETILIN e como comandante das FALINTIL associado ao CNRM isso significado que Xanana Gusmão não é só líder da FRETILIN mas ao mesmo tempo líder da nova organização FALINTIL associada ao CNRM³⁸. Há também um problema sério entre a liderança da FRETILIN e a demissão de Xanana Gusmão, mas não constitui um obstáculo à luta pela independência de Timor-Leste³⁹.

³⁶ Cf. Stéphane Doyet e Frédéric Durand, “Crónica de uma anexação hesitante: A invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976”, em Rui Graça Feijo (org.), *Timor Leste: Colonialismo. Descolonização, Lusotopia*, 2016, pp. 333-338

³⁷ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, Capítulo V “Resistência: Estrutura e Estratégia”, pp. 2-3 ponto 11, disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf> [10.08.2017].

³⁸ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, disponível em <http://www.cavrtimorleste.org/chegaFiles/finalReportEng/06-Profile-of-Violations.pdf> p. 3, ponto 11. [10.08.2017].

³⁹ *Idem, ibidem*.

A CNRM tornou-se o precursor do surgimento do CNRT (Concelho Nacional da Resistência da Timor-Leste) e tornou-se um fórum nacional em Peniche, Portugal no dia 23 a 27 de abril 1998 privilegiado e aceitável para todos os elementos da luta pró-independência em Timor-Leste até 1999⁴⁰.

A resistência da população de Timor-Leste foi constante, mas mudou de forma da oposição militar, liderada por Falintil até meados dos anos 80 para um movimento de resistência civil mais amplo, acompanhado por muitos jovens timorenses, desde o início da década de 1990. Com as mudanças acima, na cidade especialmente na cidade de Díli, como capital de Timor-Leste os todos jovens que envolveram na rede clandestina continuou a agir contra a ocupação indonésia ao realizar grande manifestação, normalmente envolveu todos os jovens e estudantes. A manifestação cresceu quando houve uma visita do parlamento português que pretendia visitar Timor-Leste, mas foi cancelada devido à rejeição da Indonésia na década de 1990⁴¹.

Uma dessas manifestação mais conhecida e chamou a atenção do mundo, mas, infelizmente, por seu número de sangue: o massacre no cemitério de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991, onde a Forças Armadas Nacional Indonésio disparou contra os manifestantes de perto, matando mais de 270 pessoas. Este massacre trouxe o conflito político em Timor-Leste de volta à agenda pública. No entanto, só quando o Bispo Carlos Belo e José Ramos Horta foram premiados com o preço Nobel da Paz em 1996 por seu trabalho para uma solução justa e pacífica do conflito em Timor-Leste, a política internacional em relação à Indonésia tornou-se cada vez mais crítica, embora Enquanto Soeharto estava no poder, pouco mudou no terreno⁴².

Em 1998, a Indonésia foi afetada por uma enorme turbulência política desencadeada por ativistas pró-democracia, apoiada por todos os elementos da sociedade civil, exigindo a renúncia do presidente Suharto. Como os protestos não paravam de aumentar, o Presidente Suharto renunciou à presidência e foi substituído por seu vice

⁴⁰ Cf. Cf. Miguel Galvão Teles, “Timor Leste”, 2001, p. 602, disponível em <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf> [05.10.2017].

⁴¹ Cf. Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor” p. 302, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_benzing_9_295_372.pdf [12/02/2017]

⁴² Cf. Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, *op. cit.*

Baharudin Jusuph Habibie⁴³. A população timorense, quer na diáspora, quer dentro do país, viu esta virada do leme da Indonésia como uma oportunidade para a independência. Desta forma, os Estudantes da Universidade de Timor-Leste (UNTIM) organizaram-se e passaram a ter maior liberdade de expressão para exigir mesmo um referendo para o povo de Timor-Leste. Exigiram assim a libertação dos presos políticos e discutiram um processo de referendo que fosse o mais abrangente possível⁴⁴.

Depois de sua posse como presidente, B. J. Habibie, na sua primeira entrevista com os jornalistas rejeitou todas as exigências constantes no referendo para o povo de Timor-Leste. O referendo exigia que todos os elementos da sociedade, pró-democracia (da Indonésia) e os estudantes de Timor-Leste, tanto em Timor-Leste como na Indonésia, especialmente em Java, pudessem com o apoio da ONU participar no processo com vista a uma maior autonomia para Timor-Leste e que as tropas indonésias fossem retiradas do país⁴⁵.

Entretanto, com a crescente instabilidade em Timor-Leste, a atenção internacional passa a estar voltada para a Indonésia depois da queda do Presidente Suharto. A pressão internacional empurrou o novo Presidente B. J. Habibie a conceder um "Estatuto Especial" para os timorenses, enquanto Timor-Leste continuava a ser reconhecido como parte integrante da República da Indonésia⁴⁶. O Conselho de Solidariedade dos Estudantes de Timor-Leste, recentemente formado para acomodar todos os elementos do grupo de estudantes pró-independência na época, rejeitou o novo estatuto especial e ainda exigiu um referendo sobre a independência para o povo de Timor-Leste, sob os auspícios da ONU.

⁴³ Cf. Clinton Fernandes, "Companion to East Timor – Nasionalisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor Leste [Nacionalismo, Independência e o Futuro de Timor Leste]", p. 6, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/timor-companion/kolonialisme-timor-leste> [02.03.2017].

⁴⁴ Cf. Clinton Fernandes, "Companion to East Timor – Nasionalisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor Leste [Nacionalismo, Independência e o Futuro de Timor Leste]", *op. cit.*, p. 6.

⁴⁵ Cf. Clinton Fernandes, "Companion to East Timor – Nasionalisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor Leste [Nacionalismo, Independência e o Futuro de Timor Leste]", *op. cit.*, p. 6.

⁴⁶ Cf. José Júlio Pereira Gomes, "O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste", julho de 2001, p. 16.

A Indonésia na época enfrentava uma grande pressão, quer pressão interna, quer pressão externa, sobre o novo estatuto de Timor-Leste, o que levou o presidente B. J. Habibie a colocar “em cima da mesa” a ideia da separação de Timor-Leste através de um referendo, que ficou conhecido pelo nome “votações” da Indonésia, juntamente com todos os membros do gabinete e dos conselheiros mais próximos do presidente⁴⁷. A maioria dos membros do gabinete era da opinião que a Indonésia iria ganhar o referendo. Assim que o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, anunciou a 27 de janeiro de 1999 que foram concedidas ao povo de Timor-Leste as seguintes opções: a) continuar a fazer parte da Indonésia ou b) optar pela independência da Indonésia, o que prática significaria independência do país⁴⁸.

As Forças Armadas Nacionais da Indonésia (TNI), a fim de garantir que o resultado do referendo seria favorável à autonomia dentro da Indonésia, começaram a criar uma operação de alto nível, colocando civis ou milícias ligadas ao regime a aterrorizar e pressionar todos os timorenses a votar pela autonomia sob a República da Indonésia. A formação da milícia TNI começou a aparecer em todo o território de Timor-Leste. O objetivo passava por aterrorizar a população, forçando-a a escolher a opção de autonomia especial e para isso contaram também com a ajuda da Polícia (Polícia da República da Indonésia) disfarçados de civis que não são facilmente rastreados⁴⁹.

Perante uma situação de instabilidade e de terror levada a cabo por milícias pró-Indonésia apoiadas pelo TNI, as Nações Unidas (ONU) tiveram de intervir para encorajar as negociações entre as duas partes, isto é, entre o governo português e o governo indonésio no sentido de discutirem todo o processo de implementação do referendo⁵⁰.

Antes de dia 5 de maio de 1999, negociações foram realizadas várias vezes destinadas a tratar de um conjunto de problemas e de questões consideradas cruciais para

⁴⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁸ Cf. Clinton Fernandes, “Companion to East Timor – Nasionalisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor Leste [Nacionalismo, Independência e o Futuro de Timor Leste]”, p. 8, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/timor-companion/kolonialisme-timor-leste> [02.03.2017].

⁴⁹ *Idem, ibidem.*

⁵⁰ Cf. Miguel Galvão Teles, “Timor Leste”, 2001, p. 623, disponível em <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf> [05.10.2017].

Timor-Leste entre Portugal e Indonésia nesta época, as negociações sobre a questão de Timor-Leste nem sempre funciona sem problemas, especialmente em questões cruciais, como a autodeterminação para o povo de Timor-Leste. No entanto, em 1995, houve um pequeno progresso para o problema de Timor-Leste porque havia uma solução abrangente onde havia negociações tripartidas sob os auspícios das Nações Unidas. as negociações entraram em uma fase muito importante em 1996, quando as negociações começaram a discutir questões importantes, como a forma de resolver os problemas de Timor-Leste e outras questões. As negociações atingiram seu pico quando o presidente Soeharto renunciou e foi substituído por Baharudin J. Habibie no dia 21 de maio de 1998. Porque naquela época o presidente Baharudin J. Habibie junto com o Ministro dos Negócios Estrangeiro Indonésia Ali Alatas propôs uma nova proposta que eles chamaram “Estatuto Autonomia Especial” ao Timor-Leste⁵¹.

Em 5 de maio de 1999, o governo português e o governo indonésio assinaram formalmente o acordo na sede da ONU em Nova Iorque sobre questão de Timor-Leste e decidir a estabelecer uma missão sob o nome *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET). UNAMET foi criada para organizar e conduzir a consulta popular (referendo) por isso UNAMET executa sua tarefa com sucesso porque a UNAMET conseguiu registrar 451.792 eleitores de total população 800.000 na altura, com o total de eleitores registrados, UNAMET decidir fazer votação no dia 30 de agosto de acordo com decisão de Secretário-Geral da ONU. Finalmente, 78.5% o povo timorense rejeitasse a autoridade da Indonésia sobre Timor-Leste, portanto, sendo necessário um período de transição para a independência a ser supervisionado pela ONU⁵².

No entanto, a questão crucial é que, segundo o acordo de 5 de maio, a Indonésia ficaria com plena responsabilidade sobre a questão de segurança dos timorenses, isto

⁵¹ Cf. Patricia Galvão Teles, “Autodeterminação em Timor-Leste dos Acordos de Nova Iorque à Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999”, p. 387, disponível em <http://www.gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-publicacoes/7980-d.pdf> [23.06.2017].

⁵² Cf. Patricia Jerónimo, “Report on Citizenship Law East Timor (Timor-Leste)”, 2017, disponível em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45931/GLOBALCIT_CR_2017_07.pdf?sequence=1 [22.06.2017]; Miguel Galvão Teles, “Timor Leste”, 2001, pp. 631-643, disponível em <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf> [05.10.2017].

porque por parte da Indonésia (neste caso, os seus militares) constituíam os atores responsáveis por todos os atos de terror levados a cabo pela milícia pró-Indonésia⁵³.

A missão de assistência da ONU em Timor-Leste começou a chegar no final de maio de 1999. As equipas selecionadas foram apoiadas por 300 policiais civis desarmados internacionais e 50 oficiais com alguma ligação militar internacional. A presença dos agentes internacionais em missão de segurança não foi bem vista pelo governo indonésio tendo em conta o controlo apertado que se fazia sentir sobre o território de Timor-Leste pelo próprio governo indonésio. Foi difícil para o governo indonésio convencer o mundo de que os militares podiam ser confiáveis como forças de manutenção da paz. A Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET) também concedeu permissão para 600 jornalistas, 2.300 observadores nacionais indonésios, 500 observadores internacionais e 1.700 observadores timorenses e organizações não-governamentais da Indonésia, bem como vários outros grupos da sociedade civil⁵⁴.

A presença dos estrangeiros começou a desagradar aos militares indonésios que não conseguiam manter a paz em Timor-Leste, porque claramente estes estrangeiros puderam testemunhar *in loco* tudo aquilo que se estava a passar no país, incluindo o facto de os TNI (militares indonésios) serem os principais responsáveis do surgimento das milícias pró-Indonésia, estarem a reunir armamento, a realizar treinamento e organização da milícia para incitar terror e assassinato contra os grupos pró-independência⁵⁵.

A crueldade, o terror e a morte podem ser vistos no incidente ocorrido a 6 de abril de 1999, em que um número de milícias armados pelos militares e a polícia realizaram buscas em Liquiçá, Oeste de Díli, os milícias cercaram a igreja onde os habitantes se entravam refugiados, arrastando dois padres, o padre Rafael dos Santos e o padre Yoseph Daslan para fora da igreja junto da sede do comando militar distrital local, e após o segundo padre estar fora da igreja, os soldados, policia e milícias dispararam gás lacrimogêneo dentro da igreja repleta de fiéis e civis. Quando os residentes que se

⁵³ Cf. José Júlio Pereira Gomes, “O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste, Julho de 2001, p. 36.

⁵⁴ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, Volumw 3, p. 136, disponível em <http://www.cavr-timorleste.org/te/chegaReport.htm> [12.03.2017].

⁵⁵ Cf. José Júlio Pereira Gomes, “O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste, Julho de 2001, pp. 41-46.

encontravam na igreja tentaram fugir a milícia, membros das forças armadas e policiais começaram a matar e a espancar mulheres e crianças indiscriminadamente. Neste dia, mais de cinquenta pessoas foram mortas no ataque e muitos outros ficaram feridos em resultado de golpes com paus, coronhadas, pedras, flechas e catanas.

Após o incidente, o exército e a polícia forçaram todas as pessoas a içarem a bandeira nacional da Indonésia. Há ainda muitos casos devastadores que ocorreram em Timor-Leste, apoiados pelos militares e polícias indonésios que foram testemunhados por observadores internacionais em Timor-Leste, sendo também eles vítimas do regime durante o período de instabilidade e tensão⁵⁶.

No entanto, no dia da votação, 30 agosto de 1999, polícias e militares exerceram um controle muito apertado sobre as milícias, por isso não houve intimidação e terror para que todas as pessoas pudessem chegar normalmente às urnas. Os resultados da votação foram anunciados a 4 de setembro de 1999, sendo que 78,5% dos votos foram a favor da independência e separação da Indonésia. Após o anúncio dos resultados da votação, iniciou-se uma nova fase de sofrimento do povo timorense, vítimas da ação dos militares e da polícia, que deveriam ser os principais responsáveis pela segurança em Timor-Leste em conformidade com o acordo de 5 de maio. Perante esta situação, deu-se a evacuação de todo o pessoal internacional (pessoal da UNAMET), observadores internacionais, entre outros, para a Austrália e as forças de segurança indonésia tentaram expulsar o povo de Timor-Leste para Timor Ocidental (parte da Indonésia)⁵⁷. Mais ou menos 70% dos edifícios e das casas em Timor-Leste foram queimados, paralisando assim as infraestruturas vitais, deixando todo o território de Timor-Leste sem água, eletricidade e telecomunicações⁵⁸.

Depois de todos estes acontecimentos que ocorreram após o anúncio dos resultados da votação, em 12 de setembro de 1999, o presidente Habibie, acompanhado

⁵⁶ *Idem, ibidem.*

⁵⁷ Cf. José Júlio Pereira Gomes, “O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste, Julho de 2001, p. 228.

⁵⁸ Cf. Clinton Fernandes, Companion to East Timor – Kolonialisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor-Leste/Colonialismo, Independência e Futuro de Timor-Leste, p. 10, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/timor-companion/kolonialisme-timor-leste> [02.03.2017].

por Wiranto, Ministro da Defesa e Segurança da Indonésia na época, anunciou que o governo indonésio decidiu permitir que as forças de paz da ONU permanecessem em Timor-Leste, sem qualquer exceção. A presença de Wiranto próxima de Habibie pretendia significar que os militares e a polícia concordavam com a decisão e que a resistência indonésia acabaria de terminar no território de Timor-Leste totalmente a partir daquele momento⁵⁹.

⁵⁹ *Idem, ibidem.*

Capítulo II

A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) e o julgamento dos crimes graves

Desde a separação com a Indonésia, Timor-Leste esteve sob a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que a missão de construção da paz em Timor-Leste se prolongou desde meados de 1999 até o final do ano 2012. Dentro de sua missão, a ONU enviou representantes e corpos especializados como a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET) (junho de 1999 a setembro do mesmo ano); a Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET) (setembro de 1999 a início do ano 2000); a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) (outubro de 1999 a maio do ano 2002); a Missão das Nações Unidas de Apoio em Timor-Leste (UNMISSET) (maio de 2002 a maio de 2005); o Escritório das Nações Unidas em Timor-Leste (UNOTIL) (maio de 2005 a agosto 2006); a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT) (agosto de 2006 a dezembro de 2012)⁶⁰. Além da ONU, vários países também estiveram envolvidos na missão de paz em Timor-Leste, de entre os quais se destaca a Austrália.

Os esforços para estabelecer um governo estável foram lentos e pouco eficazes em aspetos políticos, econômicos e sociais. A lentidão do processo está relacionada com fatores internos e com a incapacidade do governo de Timor-Leste na promoção do desenvolvimento de infraestruturas, de atividades políticas, económicas e sociais no sentido de apoiar a missão da ONU em Timor-Leste; mas também está relacionado com fatores externos como ingerência da Austrália em assuntos internos, mais concretamente na questão da segurança em Timor-Leste (Timor Gap) porque Austrália é um dos países que sempre teve interesse em Timor Gap. A história provou o interesse da Austrália no problema Timor Gap porque assinou problema Timor Gap com

⁶⁰ Cf. Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor” p. 302, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunybenzing_9_295_372.pdf [12.02.2017]; The UN Peacebuilding process: an analysis of its shortcomings in Timor-Leste, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100042 [05.05.2017].

a Indonésia em 1991, de modo que o governo Portugal naquela época protestou o comportamento da Austrália⁶¹.

Os esforços da missão da paz da ONU deram lugar a um processo de estabelecimento de um governo em Timor-Leste (antes do governo oficial), temporariamente designado Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), que serviu como interveniente para preparar um governo oficial de Timor-Leste. A UNTAET recebeu toda a autoridade e legitimidade para fazer leis, para organizar a administração da justiça conforme consta do Regulamento da UNTAET n.º 1 de 1999⁶², sobre a Autoridade da Administração Transitória em Timor-Leste. O Regulamento estabeleceu que a legislação aplicável antes de 25 de outubro de 1999 permaneceria válida até a elaboração de novas leis, ao mesmo tempo que revogou expressamente a Lei Anti-subversão, a Lei sobre Organizações Sociais, a Lei da Segurança Nacional, a Lei sobre a Proteção e Segurança Nacional, a Lei de Mobilização e Desmobilização, e a Lei de Defesa e Segurança que tinham sido feitas na Indonésia, quando Timor-Leste ainda fazia parte do território indonésio⁶³.

Além disso, a UNTAET estabeleceu também várias instituições de tipo estadual, como o Conselho Consultivo Nacional, mais tarde substituído pelo Conselho Nacional; um gabinete de transição com poderes executivos; e o Conselho de Ministros como órgão representativo do governo de transição. De acordo com Sérgio de Mello, coordenador da UNTAET, só com a formação de um gabinete de transição e do Conselho Nacional onde todos os grupos ficariam devidamente representados é que se poderia contribuir efetivamente para uma transição política⁶⁴.

⁶¹ Cf. Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, p. 302, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunybenzing_9_295_372.pdf [12.02.2017]; Miguel Galvão Teles, “Timor Leste”, 2001, p. 581, disponível em <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf> [05.10.2017].

⁶² Regulamento UNTAET n.º 1 “Autoridade da Administração Transitória em Timor-Leste”, disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untactR/Reg001P.pdf> [02.04.2017].

⁶³ Cf. Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunybenzing_9_295_372.pdf [02.04.2017].

⁶⁴ Cf. Megan Hirst and Howard Varney, “Justice Abandoned? An Assessment of the Serious Crimes Process in East Timor”, junho 2005, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Justice-Abandoned-2005-English.pdf> [12.05.2017].

Embora a UNTAET procurasse criar um sistema de governo de transição democrática em Timor-Leste, na verdade o sistema de governo por este implementado era muito centralizado, o que fica visível através das regras de Direito feitas pela própria UNTAET. Como gabinete de governo de transição não havia responsabilidade direta para com o povo, o que caberia diretamente ao seu administrador, mostra também que o sistema democrático formado pela UNTAET em Timor-Leste não foi totalmente implementado ao abrigo do Regulamento n.º 1, de 1999. De qualquer modo, a UNTAET cumpriu o seu papel, gerindo o processo de eleição da Assembleia Constituinte e prestando apoio à Assembleia Constituinte na discussão e aprovação da Constituição da República de Timor-Leste, um processo que ficou concluído em 22 de março de 2002⁶⁵.

1. Instituição da UNTAET

A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste resultou da Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1272, de 25 de outubro de 1999⁶⁶. A UNTAET foi estabelecida com o dever de preparar Timor-Leste como um Estado independente e soberano. De acordo com esta mesma Resolução do Conselho de Segurança, a UNTAET ficou com a responsabilidade geral sobre toda a administração em Timor-Leste, incluindo os poderes legislativo, executivo e judicial⁶⁷.

Mais precisamente, o mandato da UNTAET incluía:

1. Garantir a segurança e manter a lei e a ordem em todo o território de Timor-Leste;

⁶⁵ *Idem, ibidem*.

⁶⁶ Resolução Conselho Segurança ONU 1999, aprovada pelo Conselho Segurança ONU no dia 25 de outubro de 1999, disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/docs/rs1272-b.htm> [23.05.2017].

⁶⁷ Amnesty International, “Timor Timur Keadilan di masa lalu, sekarang dan yang akan datang/Timor-Leste Justiça Passado, Presente e Futuro”, julho de 2001, disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/128000/asas570012001in.pdf> [22.03.2017]; Megan Hirst e Howard Varney, “Justice Abandoned? An Assessment of the Serious Crimes Process in East Timor”, junho de 2005, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Justice-Abandoned-2005-English.pdf> [23.05.2017]; Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_benzing_9_295_372.pdf [02.04.2017].

2. Estabelecer uma administração eficaz;
3. Auxiliar no desenvolvimento de serviços civis e sociais;
4. Assegurar a coordenação e entrega de ajuda humanitária de emergência, reabilitação e assistência para o desenvolvimento;
5. Apoiar o desenvolvimento da capacidade de autogoverno;
6. Auxiliar na criação de condições para o desenvolvimento sustentável⁶⁸.

Com esta resolução, a UNTAET reveste de uma ampla competência a nível da segurança, da administração e do desenvolvimento de Timor-Leste antes da restauração da independência do país. O ponto 6 da Resolução confere ao administrador transitório total responsabilidade em todos os aspetos relacionados com o governo interino das Nações Unidas em Timor-Leste, neste caso a UNTAET como a extensão das Nações Unidas na região tem a plena autoridade para fazer leis, regulamentos e proceder a alteração, suspensão ou revogação de todas as leis ou regulamentos elaborados anteriormente e ainda vigentes no país.

No entanto, a UNTAET deparou-se com algumas limitações com a execução do governo interino em Timor-Leste tendo em conta que o tempo disponibilizado foi muito curto, ou seja, porque o Conselho de Segurança da ONU determinou internacionalmente que o governo interino ficaria vigente até 31 de janeiro do ano 2001. Prazo que seria posteriormente prorrogado até 31 de janeiro de 2002, mas, na verdade, este prazo viria ainda sofrer novas alterações para 20 de maio de 2002, período da efetiva restauração da independência de Timor-Leste⁶⁹. Outras das limitações da UNTAET prenderam-se com a questão da justiça e dos direitos humanos, porque, embora o mandato principal da UNTAET tenha sido o de proporcionar segurança, o cumprimento da lei e a ordem em todo o território de Timor-Leste, a limitação do tempo não permitiu à UNTAET processar todos os autores de crimes graves, uma vez que era necessário realizar investigações e

⁶⁸ Cf. Ronaldo Barcellos Ferreira de Araújo, “Timor-Leste, Uma Missão de Paz de Sucesso”, 2016, p. 18; Clinton Fernandes, *Companion to East Timor – Kolonialisme, Kemerdekaan dan Masa Depan Timor-Leste/Colonialismo, Independência e Futuro de Timor-Leste*, p. 13, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/timor-companion/kolonialisme-timor-leste> [02.03.2017].

⁶⁹ Cf. Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, pp. 311-355, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_benzing_9_295_372.pdf [02.04.2017].

abrir processos e a maioria os autores de crimes graves ou violadores de direitos humanos estavam localizados na Indonésia. Assim, ficou previsto que todo o processo judicial movido aos autores de crimes graves contra os direitos humanos deveria ser julgado na Indonésia através de um tribunal *Ad Hoc* que seria constituído em Jacarta. Muitas partes, incluindo o povo timorense como vítimas de crimes graves contra os direitos humanos, duvidavam do desempenho deste trabalho na Indonésia, da incapacidade do processo judicial do tribunal *Ad Hoc* no sentido de proporcionar a verdade e a justiça para as vítimas de crimes graves em Timor-Leste. Esta hesitação sobre a capacidade e vontade da Indonésia em processar os perpetradores de crimes graves apresentadas ao Tribunal *Ad Hoc* resultou na Comissão Internacional de Inquérito sobre Timor-Leste (ICIET), que emitiu uma recomendação para estabelecer um tribunal internacional para julgar os autores de crimes graves⁷⁰.

2. Painel Especial dos Crimes Graves

Ao constatar a condição de Timor-Leste em 1999, a Comissão de Direitos Humanos da ONU realizou uma sessão especial e solicitou ao Secretário-Geral que estabelecesse imediatamente uma Comissão de Inquérito encarregada de apresentar internacionalmente os resultados do mesmo inquérito. Em janeiro de 2000, a Comissão de Inquérito da ONU estabeleceu, de acordo com o pedido, a criação de um tribunal penal internacional para julgar os autores de crimes graves e violação dos direitos humanos, com base nos resultados da investigação. Mas a sede da ONU rejeitou a proposta por causa das dificuldades de financiamento e também devido à preocupação com o povo da Indonésia⁷¹.

⁷⁰ O ICIET recomendou que as Nações Unidas deveriam estabelecer "um tribunal de direitos humanos internacionais que consistem dos principais juízes nomeados pelas Nações Unidas, de preferência com a participação de membros de Timor-Leste e Indonésia", ICIET também recomenda que o tribunal deve ser na Indonésia ou em Timor-Leste ou em qualquer outro território relevante (parágrafo 153). Disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/sites/default/files/documents/Report%20of%20the%20International%20Commission%20of%20Inquiry%20on%20East%20Timor.pdf> [22.05.2017].

⁷¹ Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 13-14, disponível em

Assim sendo, foi decidido que o procedimento criminal contra os autores de crimes graves deveria ser realizado através de duas formas de justiça, a saber: o Tribunal *Ad Hoc* na Indonésia (Jacarta) e um chamado Tribunal Híbrido ou chamado pelo Painel Especial para Crimes Graves (*Special Panel for Serious Crimes*) de Timor-Leste separadamente⁷².

Em Timor-Leste, foi constituída por Unidade de Crimes Graves (SCU), que exerceu as suas funções como procurador-geral no governo de transição, e O Painel Especial para Crimes Graves (SPSC) funcionou como um tribunal da Organização das Nações Unidas, em Díli, sendo composto por dois juízes internacionais e um juiz nacional⁷³.

A avaliação dos processos judiciais contra os crimes graves realizados pelo Painel Especial para Crimes Graves não foi muito satisfatória, por causa de várias deficiências, como a falta de infraestruturas legais de informações completas e também o facto de ter havido muitas pessoas que não foram informadas sobre o julgamento contra os autores de crimes graves no Tribunal Distrital de Díli⁷⁴. O SPSC foi considerado improcedente, porque o nível de conhecimento de todos os crimes graves em Timor-Leste não foi muito profundo; em relação ao juiz nacional, não se lhe reconhece qualquer competência ou experiência em matéria da lei ou de aplicação da justiça, o que tecnicamente constitui sério problema para o SPSC⁷⁵. O SPSC deparou-se com problemas em matéria de proteção das testemunhas e das vítimas, bem como problemas de comunicação, muitas vezes causados pela ausência de tradutores competentes em fazer a tradução do

<https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [01.04.2017].

⁷² Amnesty International, “Timor Timur Keadilan di masa lalu, sekarang dan yang akan datang/Timor-Leste Justiça Passado, Presente e Futuro”, julho de 2001, disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/128000/asas570012001in.pdf> [22.03.2017].

⁷³ “Impunidade em Timor-Leste: Pode a Equipa de Investigação de Crimes Graves fazer a diferença?”, disponível em <http://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-JSMP-TimorLeste-Impunity-Investigation-2010-Portuguese.pdf> [24.04.2016].

⁷⁴ Cf. Megan Hirst e Howard Varney, “Justice Abandoned? An Assessment of the Serious Crimes Process in East Timor”, junho de 2005, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Justice-Abandoned-2005-English.pdf> [23.05.2017].

⁷⁵ *Idem, ibidem*.

julgamento realizado pelo SPSC, uma vez que existem muitas línguas maternas em Timor-Leste. Outro problema prendeu-se com a falta de alojamento e transportes porque nos distritos não havia esta disponibilidade e este facto está na origem da falta de satisfação das pessoas e dos elementos afetos ao SPSC para o cumprimento de seu mandato⁷⁶.

Por causa de todos os problemas acima mencionados, a Unidade de Crimes Graves e os Painéis Especiais para Crimes Graves são altamente dependentes do pessoal das Nações Unidas e de outras fontes de financiamento internacional, o que levanta muitos constrangimentos no funcionamento destes órgãos⁷⁷.

O processo de investigação e os processos judiciais contra os suspeitos e autores de crimes graves pelo tribunal em Timor-Leste têm sido muito criticados desde o início do estabelecimento deste tribunal, não só porque os processos são morosos, mas também devido a várias razões acima mencionadas⁷⁸, pois é considerado que o desempenho do tribunal foi tão mau que o povo timorense suspeita da possibilidade de os criminosos permanecerem livres⁷⁹.

A Unidade de Crimes Graves concentrou os 10 casos que foram considerados de alta prioridade, pois se referiam à ocorrência de factos envolvendo homicídios em massa e crimes sexuais⁸⁰. Outras acusações, como é o caso Maliana, um dos crimes graves

⁷⁶ Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 12-13, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [01.04.2017].

⁷⁷ *Idem, ibidem*.

⁷⁸ Cf. Relatório de Justiça de ICNA, *An Independent Comprehensive Needs Assessment, Sistema Justiça em Timor-Leste: Avaliação Independente e Abrangente para as necessidades*, Díli, 2009, disponível em <http://www.laohamutuk.org/reports/UN/UNMIT/JusticeNeedsAssessmentOct09.pdf> [12.05.2015]; Relatório JSMP, *Justice in Practice: Human Rights in Court Administration*, 2001, disponível em <http://jsmp.tl> [23.05.2017]; Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, pp. 355-359, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_benzing_9_295_372.pdf [18.02.2017].

⁷⁹ Cf. *Facing the Future: Periodic Report on Human Rights Developments in Timor-Leste: 1 July 2009 – 30 June 2010*, disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/Countries/PeriodicReportHRDevelopmentsJuly09-June10.pdf> [20.02.2016]; “Governo de Timor-Leste e Indonésia têm de agilizar averiguação aos desaparecimentos forçados”, disponível em <http://www.amnistia.pt/governos-de-timor-leste-e-indonesia-tem-de-agilizar-averiguacao-aos-desaparecimentos-forcados/> [16.03.2016].

⁸⁰ “Todos os 10 casos foram: Massacre de Liquiçá, em 6 de Abril de 1999; caso Los Palos, 21 abril - 25 setembro de 1999; casos de Lolotoe 2 maio - 16 setembro de 1999; assassinato na residência de Manuel

ocorridos no distrito de Maliana em 1999, foi considerado um dos dez casos de prioridade principal mesmo que os mencionados no parágrafo acima são relativos a julho do ano 2003 após da independência. A acusação do caso Maliana foi feita a 54 arguidos que foram acusados de crimes contra a humanidade, por exemplo, assassinato, tentativa de assassinato, tortura e perseguição⁸¹. A SCU também investigou uma série de outros casos, muitas vezes ditada pelo fato de um suspeito ter retornado de Timor Ocidental. A SCU também concentrou parte de seus esforços para investigar os suspeitos de organizar, ordenar, instigar ou de outra forma de auxílio, planejamento, preparação e execução de crimes.

2.1 Competências do Painel Especial dos Crimes Graves

A competência da Unidade de Crimes Graves é conduzir uma investigação de todos os crimes graves contra os direitos humanos que ocorreram antes de 1999 em Timor-Leste, uma vez que a invasão militar indonésia começou em 1975, mas infelizmente todos os crimes graves não podem ser investigados dado que os recursos mobilizados no processo de investigação são limitados, portanto a SCU é forçada a limitar a investigação de casos de crimes graves cometidos em Timor-Leste apenas ao período entre janeiro a setembro 1999⁸².

Assim, todos os acontecimentos que tipificam crimes graves cometidos em Timor-Leste durante o período de 24 anos de ocupação indonésia não puderam ser processados.

Carrascalao, em 17 de Abril de 1999; assassinato Cailaco na delegacia e Maliana, Abril / Setembro de 1999; Suai massacre na igreja no dia 6 de Setembro de 1999; ataque em Residência de Bispo Belo, Diocese Díli em 6 de Setembro de 1999; abate Passabe e Makaleb, setembro-outubro de 1999; caso TNI do Batalhão 745, de abril a setembro de 1999; e casos de violência sexual a partir de vários distritos, em março-setembro de 1999”, disponível em <http://jsmp.tl> [11.03.2017].

⁸¹ “As acusações no caso Maliana estão relacionadas aos ataques realizados pelo TNI e as milícias contra aqueles que buscavam refúgio na esquadra de Maliana que terminou com a morte de mais de 13 civis em 8 de setembro de 1999. Treze outras pessoas que conseguiram escapar dos ataques foram mortas no dia seguinte”. Informação disponível em <http://jsmp.tl> [11.03.2017].

⁸² Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 12-13, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [01.04.2017].

Embora seu mandato esteja focado em casos menores, a SCU foi menos bem-sucedida aos olhos de todos, isto é, devido a alguns acontecimentos importantes que foram divulgados no Painel Especial para Crimes Graves, que passamos a referir:

1. A falta de experiência do sistema judicial em Timor-Leste;
2. A falta de financiamento no processo de investigação ao processo judicial contra crimes graves em Timor-Leste;
3. Um programa de capacitação dos recursos humanos locais que foi considerado insuficiente;
4. A falta de apoio político dentro do país;
5. A falta de apoio que inclui a falta de vontade política das Nações Unidas⁸³.

Por exemplo, devido aos crimes contra a humanidade que ocorreram em 1999, é estimado que mais de 1.300 pessoas perderam suas vidas, mas, infelizmente, porque o processo de investigação lidou apenas com 40% do total das vítimas, não se conseguiu realizar a investigação de um conjunto de denúncias feitas pelas famílias e que se traduziu num aumento contínuo do número de vítimas⁸⁴.

Em dezembro de 2003, a SCU concluiu 81 acusações num total de 369 pessoas investigadas, em que cinquenta e cinco acusações foram consideradas crimes contra a humanidade. A SCU enfrentou muitos problemas, porque lidou sozinha com todos os casos de crimes graves, o que requer mais tempo e mais energia em grandes proporções. Requer uma investigação célere, caso contrário o suspeito ou autor principal não pode ser conduzido adequadamente⁸⁵.

O relatório da Comissão de Peritos (*Commission of Experts*) da Organização das Nações Unidas também menciona a existência de um grave problema na SCU resultante

⁸³ Cf. Amnistia Internacional, “Timor-Leste: Justiça passado, presente e futuro”, julho de 2001, disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/128000/asa570012001in.pdf> [22.03.2017]; Markus Benzing, “Midwifing a New State: The United Nations in East Timor”, pp. 355-359, disponível em http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_benzing_9_295_372.pdf [02.04.2017].

⁸⁴ Cf. Megan Hirst, “Too Much Friendship, Too Little Truth: Monitoring Report on the Commission of Truth and Friendship in Indonesia and Timor-Leste”, 2008, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/sites/default/files/documents/hirst.ctf.critique.pdf> [23.05.2017].

⁸⁵ Cf. Relatório JSMP: “Digest of the Jurisprudence of the Special Panels for Serious Crimes”, pp. 14-16, disponível em https://www.locjkt.or.id/Timor_E/new/pdf/Digest%20of%20the%20Jurisprudence.pdf [30.04.2017].

da falta de vontade política e da falta de uma estratégia eficaz para otimizar os recursos existentes no processamento de todos os crimes graves⁸⁶.

O esforço do Tribunal híbrido em Timor-Leste, assistido pela Organização das Nações Unidas, teve menos sucesso devido à falta de apoio e vontade política da liderança e incapacidade de gestão e prestação de contas⁸⁷.

No entanto, importa sublinhar que o maior obstáculo no processo de realização de uma acusação criminal foi a atitude do governo da Indonésia que não cooperou com a SCU e a resistência dos próprios líderes de Timor-Leste⁸⁸.

Outro problema do Painel Especial para Crimes Graves tem a ver com o facto de os países vizinhos não terem um acordo de auxílio judiciário mútuo que constituísse um acordo eficaz e de extradição com Timor-Leste⁸⁹. A aprovação deste acordo facilitaria o sistema judicial dos países envolventes e permitiria ao SPSC, por um lado, congelar as contas bancárias e os fundos dos perpetradores de crimes graves contra os direitos humanos e a extradição de pessoas consideradas suspeitas por Timor-Leste, por outro lado. Ainda recorrendo a cooperação com a Interpol (Polícia Internacional) poderia prender diretamente os atores nos países implicados⁹⁰.

2.2 Decisões proferidas pelo Painel Especial para Crimes Graves

O Painel Especial para Crimes Graves (SPSC) foi criado a 6 de junho do ano 2000 e possuía muitas limitações. Uma das limitações prende-se com a restrição do tempo, porque, com base nas Resoluções n.º 1543 e n.º 1573 de 2004 do Conselho de Segurança

⁸⁶ Cf. Relatório da Amnistia Internacional, “Timor-Leste: Justiça passado, presente e futuro”, julho de 2001 (AI Index: ASA57 / 012/2001), disponível em <http://jsmp.tl> [10.04.2017].

⁸⁷ Cf. Relatório da Amnistia Internacional “Timor-Leste: Justiça passado, presente e futuro”, julho de 2001 (AI Index: ASA57 / 012/2001), *op. cit.*

⁸⁸ *Idem, ibidem.*

⁸⁹ Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 24-26, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [01.04.2017].

⁹⁰ *Idem, ibidem.*

da ONU, as suas atividades deveriam cessar até finais de 2005. Daí não terem podido concluir boa parte dos seus deveres e responder cabalmente às expectativas do povo timorense⁹¹.

O escritório do SPSC não dispunha de uma máquina fotocopadora, de modo que todos os documentos tiveram de ser fotocopiados fora do tribunal, o que, além de causar atrasos, representou o risco de comprometer a confidencialidade dos processos. Tanto os procuradores como os defensores públicos se queixaram por ter de pagar os custos relativos ao transporte e logística das testemunhas que residiam mais afastadas da sede distrital, isto porque o sistema judicial não permitia solicitar uma compensação com a devida antecedência⁹². O que acabou por constituir um fardo muito pesado para os juízes, procuradores e defensores públicos, “agravado ainda pelo facto de terem salários baixos comparativamente ao custo de vida do país que é relativamente alto”⁹³.

Esta situação afetou a confiança depositada no novo conselho judicial. Além disso, do ponto de vista dos magistrados este processo dificultava na aplicação da lei e defesa dos direitos dos cidadãos e também ameaçava a independência judicial e os direitos quer dos suspeitos, quer dos detidos.

Apesar das limitações apresentadas pela Unidade de Crimes Graves (SCU), foram apresentadas 369 acusações a indivíduos que eram suspeitos de praticarem crimes graves contra a humanidade em Timor-Leste. Entre eles, constavam 37 oficiais do exército das Forças Armadas Nacionais da Indonésia (TNI) e 4 Oficiais da Polícia Nacional da Indonésia (POLRI); 60 timorenses acusados de participação direta com os militares indonésios; bem como mais cinco altos funcionários civis como, por exemplo, um ex-

⁹¹ Cf. Amnistia Internacional "Timor-Leste: A falta de ação do Conselho de Segurança sobre a justiça para Timor-Leste levou à guerra contra a impunidade negligenciados", 2005, disponível em <http://www.amnesty.org/en/library/info/ASA57/004/2005/en> [04.05.2017].

⁹² Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 14-16, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [12.04.2017].

⁹³ *Idem, ibidem*.

governador da província. Porém, da lista da acusação, mais de 339 pessoas encontravam-se fugidas na região da Indonésia, estando fora da área de jurisdição de Timor-Leste⁹⁴.

Portanto, a Unidade de Crimes Graves (SCU) solicitou um mandado de prisão contra Wiranto, ex-Ministro da Defesa e atual Ministro e Coordenador de Política de Direito e Segurança da Indonésia, considerado responsável máximo de todos os crimes e todas as violações de direitos praticados em 1999, tendo em conta que no momento da ocorrência dos crimes graves o então General do Exército das Forças Armadas Nacionais da Indonésia liderava a TNI. Assim, em maio de 2004, o tribunal (SPSC) concedeu o pedido e emitiu um mandado de captura do General Wiranto⁹⁵.

No entanto, o Presidente de Timor-Leste na época, Xanana Gusmão, solicitou ao Procurador-Geral da República de Timor-Leste para retirar o mandado de captura do antigo General indonésio. Desta forma, todos os esforços que até agora tinham sido feitos pela Unidade de Crimes Graves (SCU) estariam em causa com a interferência dos líderes de Timor-Leste, e, finalmente, tentaram encobrir os procedimentos para a investigação dos suspeitos através da Interpol⁹⁶.

Os maiores líderes políticos timorenses, incluindo o então Presidente Xanana Gusmão, que lutou durante 24 anos para libertar Timor-Leste da ocupação indonésia, procuraram adotar uma política de paz e de reconciliação. É claro que a principal razão é manter boas relações com países vizinhos como a Indonésia que é um país grande. Mas também, devido ao medo dos líderes de Timor-Leste considerando que o processo criminal iria ofender os conservadores na Indonésia que estariam diretamente envolvidos em todos os crimes cometidos em Timor-Leste após o referendo realizado. Ainda de acordo com os líderes de Timor-Leste, o processo teria impacto negativo nas relações

⁹⁴ Cf. David Cohen, *Indifference and Accountability: The United Nations and the Politics of International Justice in East Timor*, Honolulu, East-West Center, 2006, disponível em <http://www.eastwestcenter.org/fileadmin/stored/misc/SR00901FrontMater.pdf> [02.05.2017].

⁹⁵ Cf. Amnesty International & JSMP: “Indonésia dan Timor-Leste Keadilan bagi Timor-Leste: Langkah ke depan/Indonésia e Timor-Leste Justiça para timor leste: passo a frente”, pp. 10-12, disponível em [file:///C:/Users/Roberto/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/asa210062004in%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Roberto/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/asa210062004in%20(1).pdf) [02.05.2017].

⁹⁶ Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 21-22, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [12.04.2017].

futuras entre a Indonésia e Timor-Leste. Portanto, em maio de 2004, o Presidente de Timor-Leste propôs uma abordagem de aproximação pacífica ao Presidente Indonésio, Megawati⁹⁷.

Sobre isso, Ramos Horta, um dos líderes da luta pela independência de Timor-Leste, também terá apoiado as decisões do Presidente Xanana Gusmão, mesmo sem o consentimento dos países do Conselho de Segurança da ONU, incluindo os Estados Unidos e não foi possível estabelecer um Tribunal Penal Internacional para processar as elites políticas da Indonésia que estavam envolvidas nos crimes graves praticados em Timor-Leste no ano 1999⁹⁸.

Portanto, para Timor-Leste, deixou de haver a opção de julgar os autores de crimes graves, em favor de uma reconciliação pacífica, arquivando assim todos os processos de crimes graves que foram cometidos no ano de 1999. Desde então, os líderes de Timor-Leste estão mais preocupados com a política de reconciliação pacífica e suspenderam os mandados de captura contra todos os atores principais da Indonésia, suspeitos de praticarem os crimes graves em Timor-Leste e de estarem envolvidos diretamente na violação dos direitos humanos⁹⁹.

Esta política adotada pelos líderes políticos de Timor-Leste sacrificou a justiça em nome das vítimas de crimes contra os direitos humanos de 1999, apenas com o intuito de manter boas relações entre Timor-Leste e Indonésia¹⁰⁰.

Embora haja vários grupos na sociedade timorense que continuam dispostos a relevarem os processos dos crimes graves, as ONGs defensoras dos direitos humanos, que são membros da Aliança Nacional para um Tribunal Internacional (ANTI), e um conjunto alargado de pessoas consideram que os criminosos não devem ficar impunes por

⁹⁷ Cf. Caitlin Reiget e Marieke Wierda, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, *op. cit.*

⁹⁸ *Idem, ibidem.*

⁹⁹ Cf. David Cohen, "Indifference and Accountability: The United Nations and the Politics of International Justice in East Timor", 2006, p. 74, disponível em <https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/bitstream/10125/3528/1/sr009.pdf> [02.05.2017].

¹⁰⁰ Megan Hirst, *Too Much Friendship, Too Little Truth: Monitoring Report on the Commission of Truth and Frinenship in Indonesia and Timor-Leste*, New York, International Justice Center for Transnational Justice, 2008, pp. 10-11, disponível em <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/sites/default/files/documents/hirst.ctf.critique.pdf> [02.06.2017].

causa da omissão e violação agravada de direitos humanos¹⁰¹. Assim, demandas por justiça não devem ser sacrificadas apenas porque os líderes políticos no governo estão mais preocupados com a paz e a reconciliação pacífica, sabendo que a existência da paz pressupõe um sistema de justiça forte e eficiente.

¹⁰¹ Cf. Megan Hirst, *Too Much Friendship, Too Little Truth: Monitoring Report on the Commission of Truth and Frinenship in Indonesia and Timor-Leste*, New York, International Justice Center for Transnational Justice, 2008, *op. cit.*

Capítulo III

As Comissões de Verdade e Amizade após a independência de Timor-Leste

1. Comissão de Acolhimento Verdade e de Reconciliação (CAVR)

A CAVR foi criada pelo Regulamento UNTAET n.º 10 de 2000¹⁰² com o mandato de encontrar e estabelecer a verdade sobre todas as violações e todos os crimes contra os direitos humanos, que ocorreram no contexto dos conflitos políticos em Timor-Leste a partir de 1974 até 25 de outubro de 1999. A CAVR foi criada por iniciativa do próprio governo do Timor-Leste¹⁰³ e não faz parte das iniciativas das Nações Unidas porque a CAVR foi criada em resposta à proposta do estabelecimento de Verdade e Reconciliação (TRC) no congresso do Conselho Nacional de Resistência de Timor-Leste (CNRT) em 2000, um ano após a prática dos crimes graves¹⁰⁴.

O Congresso do CNRT estabeleceu uma comissão que tinha como missão promover o desenvolvimento de uma sociedade livre, pacífica através da paz com o propósito de encontrar uma identidade nacional mais inclusiva e compor uma nova história nacional através da reconstrução do registo histórico dos vários acontecimentos desta época¹⁰⁵.

Enquadrada nesta ideia está uma das funções da CAVR que consiste em registar todos os tipos de violações dos direitos humanos em Timor-Leste a partir de 25 de abril de 1974 até 25 de outubro do ano 1999. Deve ser notado que esta Comissão é muito diferente de um tribunal ad hoc em Jacarta e do SPSC porque além de não constituir um tribunal, as suas atuações seriam mais amplas, não se limitando apenas uma série de

¹⁰² Cf. Megan Hirst, “Justice Abandoned? Na Assessment of the Serious Crimes Process in East Timor”, junho de 2005, disponível em https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Timor_Leste-Justice-Abandoned-2005-English.pdf [23.05.2017].

¹⁰³ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, 2005, Executive Summary, p. 10, disponível em <https://www.etan.org/etanpdf/2006/CAVR/Chega!-Report-Executive-Summary.pdf> [23/05/20017].

¹⁰⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁵ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, parte 1, “Antecedente da comissão”, p. 7, disponível em <https://www.laohamutuk.org/Justice/Reparations/ChegaExecSummTe.pdf> [12.03.2017].

violências verificadas em 1999, mas poderia investigar outras violações que ocorreram a partir de 1974.

A Comissão começou a trabalhar no início de 2002 e funcionou até outubro de 2005. Durante o seu mandato, a CAVR conseguiu reunir cerca de 8.000 declarações em 13 distritos de Timor-Leste; realizou mais de 1.000 entrevistas recorrendo às audiências das vítimas em 67 sub-distritos, com oito audiências públicas nacionais; realizou uma recolha de dados e análise estatística para estabelecer as relações entre a mortalidade e o número de conflitos; foram efetuadas audiências e mais de 216 criminosos com ligações ao anterior regime; forneceu reparações urgentes para as vítimas mais vulneráveis; e produziu relatórios com mais de 2.000 páginas, incluindo todas as recomendações detalhadas¹⁰⁶. A CAVR fez importantes descobertas sobre a prestação de contas, incluindo conclusões sobre a responsabilidade das Forças Armadas Nacionais da Indonésia.

A CAVR fez um trabalho muito importante. Realizou a divulgação dos principais factos sobre todas as violações e crimes cometidos contra os direitos humanos de forma sistemática ao longo de um quarto de século, os dados coletados e arquivados em base de dados tornaram-se numa referência muito útil para eventuais processos criminais.

Os resultados destas investigações foram publicados em dezembro de 2005 no relatório final intitulado “Chega! (*Cukup sudah!*)” com mais de 2.500 páginas em que grande parte do relatório descreve situações de violações dos direitos humanos e a forma como ocorreram (Seção 7); especialmente no capítulo 7.2 com 356 páginas sensivelmente onde fala das Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados; o capítulo 7.4 retrata a Prisão, Tortura e Maus-Tratos (299 páginas); o capítulo 7.3 destaca a Deslocação Forçada e a situação de Fome registada em Timor no período da ocupação (170 páginas); e o capítulo 7.7 fala da Violação, escravatura sexual e outros tipos de violência sexual (118 páginas). Portanto, tudo isto mostra-nos as barbaridades e a quantidade de crimes contra os direitos humanos praticados pelos militares indonésios durante a ocupação¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, cit., disponível em <https://www.laohamutuk.org/Justice/Reparations/ChegaExecSummTe.pdf> [12.03.2017].

¹⁰⁷ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, disponível em <http://dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/index.htm> [18.03.2017].

É importante notar ainda que a CAVR teve a responsabilidade de, por um lado, procurar a verdade e investigar os processos criminais dos autores de crimes graves praticados contra os direitos humanos e, por outro lado, apoiar também a receção e reintegração dos mesmos autores de crimes graves no Processo de Reconciliação Comunitária (PRC). Em cumprimento deste mandato, a CAVR realizou muitas audiências que foram assistidas por várias pessoas, uma média de 16 pessoas por dia, durante 294 dias, com o objetivo de fazer avançar o processo de reconciliação e recebeu 1.541 declarações dos autores de crimes graves que favoreciam a sua reintegração na comunidade local¹⁰⁸.

Todas as reuniões realizadas pelo PRC foram transmitidas ao vivo pela televisão e rádios nacionais. Essas ações foram promovidas para estimular as audiências nacionais e cativar a opinião pública para as atividades levadas a cabo pela Comissão, bem como para criar as oportunidades de audiência para todos aqueles que enfrentaram problemas (injustiças) no passado¹⁰⁹.

A CAVR não procurou apenas a justiça formal ou judicial através de um processo criminal, mas preocupou-se com a busca de justiça no sentido reconstituente/*restorative*, o que é muito positivo, porque – como observou a CAVR – existem questões que não podem ser resolvidas apenas com o recurso a justiça no sentido punitivo (castigo). Assim, a CAVR procurou incentivar a reconciliação no nível da base comunitária (ao nível da comunidade) e a reintegração de ex-beligerantes nas comunidades como membros ativos e ligados aos direitos culturais e tradicionais (*tradicional legal culture*), por exemplo, a resolução de conflitos "*Nahe Biti boot*"¹¹⁰.

Os meios ou métodos de justiça restaurativa, em princípio, contêm um risco muito alto por estarem demasiado preocupados com a questão da reconciliação, na medida em que transferir a infração ou o crime simplesmente para o domínio pessoal, tais como o recurso ao perdão psicológico poderia pôr em causa a efetivação da justiça e levantaria

¹⁰⁸ Cf. Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Relatório Chega!*, disponível em <http://dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/index.htm> [18.03.2017].

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰ Cf. Dionisio Babo Soares, "Nahe Biti: The Philosophy and Process of Grassroots Reconciliation (and Justice) in East Timor", *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, vol. 5, n.º 1, 2004, pp. 15-33, disponível em <http://courses.washington.edu/war101/readings/Babo-soares-reconciliation.pdf> [20.02.2017].

um problema ao sistema de justiça ou das estruturas judiciais poderem ser consideradas justas/injustas, ao permitir situações de impunidades¹¹¹. Ao desviar os casos de violações ou crimes graves contra a humanidade para a questão pessoal, mostra claro que muitas vítimas ficariam insatisfeitas com todo o processo de justiça no sentido de se repor a legalidade e punir os criminosos¹¹².

Os líderes de Timor-Leste como Xanana Gusmão, Ramos Horta, entre outros, são unânimes e centram essencialmente a sua atenção na questão política e afirmam que as recomendações da CAVR são idealismos muito ambiciosos porque se todas as recomendações fossem implementadas e aplicadas exclusivamente a justiça punitiva a todos os autores de crimes graves contra os direitos humanos isso afetaria negativamente as relações bilaterais entre a Indonésia e Timor-Leste e poria em causa a política de reconciliação, altamente valorizada pelos líderes políticos de ambos os países¹¹³.

2. Comissão Verdade e Amizade

A Comissão Verdade e Amizade foi fundada através de um acordo entre Timor-Leste e a Indonésia, através dos seus líderes Xanana Gusmão e Susilo Bambang Yudhoyono respetivamente.

“Baseado na experiência coletiva que foi passado e é impulsionado por um forte desejo de avançar, a fim de reforçar a paz e a amizade entre Indonésia e Timor-Leste foram determinados a resolver os problemas residuais do passado através de esforços conjuntos. É um facto que as pessoas de ambos os países têm percorrido um longo caminho para superar uma parte do seu passado, que às vezes é doloroso. Em consonância com o espírito sublime e intenção de aprender as causas da violência passada, a fim de reforçar os alicerces de reconciliação, amizade, paz e

¹¹¹ *Idem, ibidem.*

¹¹² Cf. Carta International Federation for East Timor (IFET), 31 de março de 2003, disponível em <http://www.watchindonesia.org/5756/xanana-gusmao-justice-reconciliation?lang=ID> [20.02.2017]

¹¹³ Cf. Jornal Merdeka.com, “Sobre Justiça, Xanana Crítica CAVR”, dia 24 de janeiro de 2006, disponível em <https://www.merdeka.com/politik/soal-tuntutan-keadilan-xanana-kritik-cavr-xaqybg1.html> [20.02.2017].

prosperidade, os esforços concertados são realizados pelo Governo da Indonésia e Timor-Leste, através do estabelecimento da Verdade e Amizade (CVA) Indonésia-Timor-Leste”¹¹⁴.

O mandato da CVA é revelar a verdade para discutir todos os relatórios relativos à violação ou crimes contra os direitos humanos praticados em 1999¹¹⁵.

A CVA começou a funcionar em 2005 e terminou o seu mandato a 15 de julho de 2008, que foi a segunda reunião de líderes do estado em Bali e os resultados foram divulgados no mais recente relatório da CVA intitulado "*Per Memoriam Ad Spem*" ou seja, memórias da esperança, com cerca de 300 páginas¹¹⁶.

Para responder a todos estes relatórios, o Presidente da Indonésia Susilo Bambang Yudhoyono reconheceu as violações dos direitos humanos pelos militares, conforme foi mencionado no relatório e expressou o seu arrependimento, mas nunca proferiu um pedido de desculpa formal¹¹⁷. Assim, implicitamente, pode dizer-se que não está preocupado com os processos penais, muito menos com as violações ou crimes graves contra os direitos humanos cometidos durante a ocupação indonésia de Timor-Leste. No seu discurso, procurou antes enfatizar a “paz sem penalizar” como era desejado também pelos líderes de Timor-Leste¹¹⁸.

¹¹⁴Cf. Amnistia Internacional, “Governo de Timor-Leste e Indonésia têm de agilizar averiguação aos desaparecimentos forçados”, disponível em http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1751:2014-07-15-14-03-57&catid=56:timor-leste&Itemid=128 [15.04.2015]; <http://amnistia.pt/index.php/o-que-fazemos/paises-em-foco/timor-leste/1720-2014-07-15-14-03-57> [15.04.2015]; *Per Memoriam Ad Spem: Final Report of the Commission of Truth and Friendship (CTF) Indonesia – Timor-Leste*, 2008, disponível em [http://lama.elsam.or.id/dwdownloads/1322451702_final_ctf_indo\[1\].pdf](http://lama.elsam.or.id/dwdownloads/1322451702_final_ctf_indo[1].pdf) [28.03.20017]; <https://www.laohamutuk.org/Justice/Reparations/CTFReportIn.pdf> [28.03.2017].

¹¹⁵ Cf. Megan Hirst, “An Unfinished Truth: An Analysis of the Commission of Truth and Friendship's Final Report on the 1999 Atrocities in East Timor”, 2009, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Unfinished-Truth-2009-English.pdf> [23.05.2017].

¹¹⁶ Cf. Relatório final Comissão Verdade e Amizade, “Per Memoriam Ad Spem: Final Report of the Commission of Truth and Friendship (CTF) Indonesia – Timor-Leste”, 2008, disponível em [http://lama.elsam.or.id/dwdownloads/1322451702_final_ctf_indo\[1\].pdf](http://lama.elsam.or.id/dwdownloads/1322451702_final_ctf_indo[1].pdf) [28.03.20017]; <https://www.laohamutuk.org/Justice/Reparations/CTFReportIn.pdf> [28.03.2017].

¹¹⁷ *Idem, ibidem*.

¹¹⁸ Cf. Megan Hirst, “A Verdade Não Acabado: Uma Análise do Relatório da Comissão de Verdade e Amizade na Indonésia e Timor-Leste Atrocidades em 1999”, 2009, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Unfinished-Truth-2009-Indonesian.pdf> [22.04.2017].

A atitude dos líderes timorenses e do governo timorense na escolha da opção da “paz sem penalizar” suscitou fortes críticas não só entre das ONGs locais, dos acadêmicos em Timor-Leste, mas também fortes críticas da comunidade internacional¹¹⁹.

Registaram críticas de várias ONGs nacionais e internacionais por considerarem são violações e crimes graves contra os direitos humanos são e por se tratar de uma questão de extrema importância e preocupação internacional. Não se trata apenas de um problema de Timor-Leste, mas antes de toda a comunidade internacional por se tratar de violações graves dos direitos humanos¹²⁰.

Assim, a rejeição das propostas da CVA, que considerava inclusivamente um plano de amnistia para os atores ou perpetradores de crimes contra os direitos humanos que foram cometidos durante a ocupação são classificados como crimes graves contra a humanidade, na ausência de um processo criminal¹²¹.

Embora tenham sido apontadas muitas críticas à CVA, quer a nível interno da sociedade timorense, quer a nível externo da comunidade internacional, o relatório final da CVA reconhece que a questão militar é um elemento importante e que era fundamental organizar todos os crimes graves contra os direitos humanos ocorridos em Timor-Leste, admitiu ainda que os militares estiveram diretamente envolvidos numa série de violações graves e crimes contra os direitos humanos e que deveriam ser responsabilizados pelas suas ações¹²².

¹¹⁹ Cf. Megan Hirst, "Alcançar Amizade Remover Verdade: Relatório de acompanhamento sobre a Comissão de Verdade e Amizade na Indonésia e Timor-Leste", 2008, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Indonesia-Commission-Monitoring-2008-Indonesian.pdf> [22.04.2017]; Megan Hirst, "A Verdade Não Acabado: Uma Análise do Relatório da Comissão de Verdade e Amizade na Indonésia e Timor-Leste Atrocidades em 1999", 2009, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Unfinished-Truth-2009-Indonesian.pdf> [22.04.2017].

¹²⁰ *Idem, ibidem.*

¹²¹ Cf. Megan Hirst, "A Verdade Não Acabado: Uma Análise do Relatório da Comissão de Verdade e Amizade na Indonésia e Timor-Leste Atrocidades em 1999", 2009, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Unfinished-Truth-2009-Indonesian.pdf> [22.04.2017].

¹²² *Per Memoriam Ad Spem: Final Report of the Commission of Truth and Friendship (CTF) Indonesia – Timor-Leste*, 2008, disponível em [http://lama.elsam.or.id/downloads/1322451702_final_ctf_indo\[1\].pdf](http://lama.elsam.or.id/downloads/1322451702_final_ctf_indo[1].pdf) [28.03.20017]; <https://www.laohamutuk.org/Justice/Reparations/CTFReportIn.pdf>, pp. 259-264 [28.03.2017].

Infelizmente, a CVA não tem autoridade nem legitimidade para criar um novo tribunal que pudesse julgar os atores que praticaram crimes graves e violações de direitos humanos. Assim como refere no seu relatório final, a CVA foi fundada com muitas dificuldades, teve muitos problemas e foi rejeitada por muitas pessoas em Timor-Leste porque era esperado que emitisse uma recomendação em conformidade com os objetivos políticos de ambos os países, a Indonésia e Timor-Leste, que privilegiaram antes “a paz sem penalizar” os autores de crimes graves. Portanto, no relatório final da CVA não foram mencionados todos os autores envolvidos, a fim de não poderem ser julgados em tribunal¹²³.

No entanto, no seu relatório final, a CVA reconheceu que continuava a receber muitas críticas de vários quadrantes da sociedade e optou por não conceder a amnistia para os perpetradores de crimes graves contra os direitos humanos partindo do pressuposto de que o recurso à “despenalização” da violência não estaria em conformidade com a finalidade de prevenção para a restauração de Timor-Leste e da dignidade humana¹²⁴. Ficou, de qualquer modo, claro que as elites políticas de ambos os países estariam mais inclinadas para uma reconciliação pacífica, ou seja, os líderes de ambos os países procuraram salvaguardar a decisão do CVA que propõe a reconciliação através da “paz sem penalização” dos atores que praticaram crimes graves e violação dos direitos humanos em Timor-Leste durante os 24 anos da ocupação indonésia.

¹²³ Cf. Amnistia Internacional, “Governo de Timor-Leste e Indonésia têm de agilizar averiguação aos desaparecimentos forçados”, pp. 25-26 disponível em http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1751:2014-07-15-14-03-57&catid=56:timor-leste&Itemid=128 [15.04.2015];

¹²⁴ Cf. Megan Hirst, “A Verdade Não Acabado: Uma Análise do Relatório da Comissão de Verdade e Amizade na Indonésia e Timor-Leste Atrocidades em 1999”, 2009, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Unfinished-Truth-2009-Indonesian.pdf> [15.04.2015].

Capítulo IV

Apresentação, análise e discussão dos resultados do trabalho empírico

1. Desenho metodológico do trabalho empírico

O trabalho empírico desenvolvido nesta dissertação teve como objetivo analisar a percepção que as populações de Timor-Leste têm do funcionamento do Painel de Crimes Graves e das Comissões de Reconciliação, bem como averiguar se existem ainda expectativas e reivindicações quanto à criação de um Tribunal Penal Internacional *ad hoc* para julgamento dos crimes cometidos durante a ocupação indonésia. Para alcançar estes objetivos, realizámos um conjunto de entrevistas semiestruturadas em Timor-Leste, para determinar se (e, em caso afirmativo, em que medida) as populações timorenses veem as medidas adotadas pela UNTAET e pelas autoridades timorenses como sendo conducentes à impunidade dos autores das violações de direitos humanos que ocorreram em Timor-Leste durante a ocupação indonésia. Interessava-nos saber, em primeiro lugar, se os timorenses têm conhecimento da criação de um painel de crimes graves (e, em caso afirmativo, que opinião têm sobre o seu funcionamento); em segundo lugar, se os timorenses têm conhecimento da criação da CAVR e da CVA, do seu funcionamento e das suas conclusões finais (e, em caso afirmativo, que opinião têm sobre o assunto); em terceiro lugar, se os timorenses consideram que as medidas adotadas são insuficientes e, em caso afirmativo, que outras soluções defendem como mais adequadas.

Todas as entrevistas foram realizadas em língua tétum, tendo sido posteriormente transcritas e traduzidas para português. No âmbito da nossa metodologia, a análise das entrevistas originou dados e conclusões importantes para este trabalho. Entrevistámos 32 pessoas, a maioria das quais habilitadas com o grau académico de licenciatura, tendo em conta que mesmo durante luta pela independência muitas pessoas foram vítimas de perseguição e após a independência as pessoas envolvidas neste processo de luta foram obrigadas a concluir a licenciatura para poderem integrar a administração pública como funcionários públicos nas mais variadas áreas de trabalho. Dos 32 entrevistados, havia 27 homens e 5 mulheres. O número de mulheres entrevistadas é significativamente mais baixo comparativamente aos homens porque a maioria das mulheres por nós abordadas não se mostraram dispostas a colaborar por considerarem que relatar os terríveis eventos

vivenciados no passado reabriria as trágicas “feridas antigas” infligidas pelo antigo regime em consequência da luta contra a ocupação indonésia.

2. Percepção das populações sobre o funcionamento do Painel Especial dos Crimes Graves

Para os entrevistados, o Painel Especial que funcionou no Tribunal Distrital de Díli teve como missão reabrir os casos dos crimes considerados mais graves cometidos entre 1975 e 1999. Consideram que, na verdade, as recomendações realizadas pela Comissão de Acolhimento Verdade vão no sentido de promoverem uma Reconciliação pacífica. Desta forma, apesar de considerarem que houve uma investigação exaustiva do Painel Especial sobre as violações ocorridas, não iriam fazer nada sobre todos estes casos conforme consta das palavras de um dos entrevistados, que passamos a citar:

“Eu ouvi e sei que o Painel Especial realizada no Tribunal Distrital de Díli, apareceu a fim de reabrir o caso - o caso de crimes graves cometidos em 1975 - 1999, mas os processos judiciais no Tribunal Distrital de Díli não vão bem, bem como não estão a correr tudo”.

Considera-se que o Painel Especial não responde às expetativas do povo timorense, não só porque tem o prazo de mandato relativamente curto (até 2005), como também na eventualidade de haver julgamentos apenas as milícias timorenses poderiam ser sujeitas a julgamento, uma vez que os oficiais estariam a residir na Indonésia e fora da alçada do Painel Especial para Crimes Graves. A Associação Nacional para um Tribunal Internacional (ANTI) solicitou ao governo de Timor-Leste e as Nações Unidas que prorrogassem os prazos do mandato do Painel Especial para Crimes Graves em Timor Leste, mas o pedido de prorrogação dos prazos não foi concedido por razões políticas e técnicas.

Consideram assim que a interferência dos líderes no sistema de justiça, é a principal razão dos tribunais em Timor Leste não funcionarem em pleno porque não há um princípio claro de separação de poderes no regime democrático timorense, o que faz com que funcionamento dos tribunais e da justiça seja deficiente.

Refere um dos entrevistados o caso em que,

“Um comandante da milícia chamado Maternus Bere capturado pelas forças de segurança foi preso quando visitou Suai no dia 9 de setembro de 2009, no entanto foi libertado ou relançado pelos líderes do país sem nenhuma razão aparente. Note-se que Maternus Bere era um comandante da milícia que cometeu um grande massacre na igreja da Suai, incluindo matou três sacerdotes (Padre Hilário, Padre Francisco Soares e Padre Dewanto)”.

Além disso, consideram que com a expulsão dos juízes internacionais e o procurador Internacional, de acordo com a lei para processar os crimes no passado, a composição dos juízes e procuradores apenas por magistrados nacionais comprometem seriamente o poder judicial em Timor-Leste.

3. Perceção das populações sobre a opção das autoridades timorenses de apostar na amizade e reconciliação com a Indonésia e sobre o funcionamento das Comissões de Verdade e Amizade.

A Comissão de Verdade e Amizade resultou de um acordo entre Timor-Leste e Indonésia por intermédio dos seus líderes Xanana Gusmão e Susilo Bambang Yudhoyono respetivamente, cujo mandato foi revelar a verdade por detrás dos factos criminosos ocultados pelo regime indonésio e analisar os relatórios relativos às violações ou práticas de crimes graves contra os direitos humanos em 1999.

Todas as 32 pessoas entrevistadas afirmaram que conheciam a Comissão de Verdade e Amizade acordado entre Timor-Leste e Indonésia, com a exceção de 2 pessoas que têm opiniões diferentes, uma delas não sabe nada sobre esta comissão e a outra revelou ter poucas informações que foram recebidas através dos meios de comunicação social como a televisão, o jornal e a rádio.

Do total dos entrevistados que conheciam esta comissão 29 pessoas não têm uma visão otimista sobre a sua constituição e funcionamento. Contudo, 3 entrevistados partilham de uma opinião positiva sobre o seu funcionamento e consideram mesmo que a sua constituição tem sido benéfica para o país.

Sobre os aspetos positivos desta comissão 17 pessoas não responderam e um dos entrevistados não quis alongar a sua resposta por achar que se trata de questões muito sensíveis e reservou o direito de não comentar muito mais.

Alguns entrevistados consideram que esta comissão deveria estar mais preocupada em procurar as crianças que foram retiradas das suas famílias e foram levadas à força para a indonésia. Assim, caberia à comissão diligenciar os esforços necessários no sentido de encontrar o paradeiro destas crianças fazer com que voltassem a reunir com as suas famílias em Timor-Leste. Mas as pessoas consideram esta comissão como fruto de um acordo político entre o Timor-Leste e Indonésia com a visão do futuro em que o principal objetivo passaria para a retomada da amizade e de aproximações bilaterais. Desta forma, consideram que, o estabelecimento desta comissão foi no sentido de mostrar à comunidade internacional que o caminho só poderia ser a reconciliação, em que a procura da verdade e da amizade deveria servir para fortalecer os laços de amizade entre Timor-Leste e Indonésia. Porém, as investigações deveriam continuar no sentido de descobrir mais informações sobre os crimes graves e fornece recomendações para ambos os governos, tanto o governo de Timor-Leste como o governo de Indonésia para levar a cabo a criação de leis de reparação e memorial institucional para recordar as vítimas e os crimes graves cometidos no passado em Timor-Leste.

Quanto aos aspetos negativos desta comissão foram apontadas os interesses políticos entre o governo Timor-Leste e Indonésia, que viram nesta comissão a melhor forma de aproximação e de travar o desenvolvimento de eventuais processos judiciais contra os autores de crimes graves que ocorreram durante ocupação indonésia em Timor-Leste. Além disso, esta comissão só estaria preocupada com os casos que ocorreram no ano de 1999, por isso não abarcaria todos os acontecimentos e atrocidades ocorridos a partir 1975 e que fizeram milhares de vítimas em todo o país. Portanto, pode-se dizer que esta comissão deriva de um acordo político entre os dois países e os entrevistados confirmaram isso mesmo, considerando que se trata de um acordo político e um mecanismo de violação dos princípios universais de justiça especialmente para conceder amnistia a todos os atores de crimes graves. A comissão serviu para aumentar as despesas do orçamento do país e ludibriar a comunidade internacional com a falsa ideia de justiça e equidade social.

4. As propostas relacionadas com a Criação de um Tribunal Internacional (Ad Hoc) de Timor-Leste ou com o julgamento dos crimes pelos tribunais timorenses

Os timorenses consideram pouco relevante a criação de um Tribunal Internacional (ad hoc) por considerar que este tribunal sempre foi esvaziado de competências,

“Acerca do Tribunal Ad Hoc em Jacarta, acho que este tribunal, mesmo realizado com o conhecimento do tribunal da ONU é simplesmente camuflagem. Porque ainda não atuou nem processou os principais atores de crimes graves em Timor Leste e Indonésia. Bem como, conseguiu enganar as Nações Unidas com o tribunal processando dois filhos timorenses da pró-Indonésia, Abílio José Osório Soares e Eurico Guterres”.

Inicialmente os timorenses apoiaram fortemente a criação do Tribunal Internacional para julgar todos os crimes graves cometidos durante a ocupação indonésia em Timor Leste. No entanto, sempre desconfiaram que o problema central poderia situar a nível das finanças e dos recursos humanos, ou seja o país não estaria preparado a nível material, financeiro e humano para instalar um tribunal com esta dimensão e responsabilidade.

Todos os timorenses ansiavam pela justiça no sentido de punir todos os casos de crimes graves cometidos pelos militares indonésios e milícias pró-Indonésia. Além de constituir um caso nacional timorense, os crimes graves contra a humanidade são também da responsabilidade da comunidade internacional, uma vez que para além das atrocidades, Timor-Leste é faz parte da comunidade internacional assim como os Estados Unidos da América, a Austrália, entre outros países. Assim, a demanda para o estabelecimento do tribunal internacional deve constituir não só uma demanda do povo timorense, mas também de toda a comunidade internacional.

As organizações não-governamentais e ativistas sempre mostraram também preocupadas com o problema da impunidade, no entanto não acreditam que o processo judicial ficaria resolvido no Tribunal *Ad Hoc* em Jacarta. Para um dos entrevistados, a citação

“Desde que seja feita justiça proclamado pelos líderes políticos locais não passaria de uma farsa política, uma cortina utilizada para cobrir toda a culpa dos autores de crimes graves, com a finalidade de as Nações Unidas

não chamar e julgar os autores de crimes graves. Desde o início, que o povo timorense não confia no governo Indonésio para julgar todos os autores de crimes graves contra a humanidade, porque eles mesmos são autores de crimes graves desde o início da ocupação até 1999. E como tal, é improvável que se julguem a si próprios”.

Por outro lado, muitos entrevistados acreditam que a criação do Tribunal *Ad Hoc* em Jacarta seria de extrema importância para consolidar a justiça em Timor-Leste e devolver a dignidade às vítimas e seus familiares, que sofreram com o regime indonésio durante décadas conforme se pode ler nas palavras de um dos entrevistados:

“Se falarmos a partir da perspectiva do Direito Internacional, é verdade que precisamos do Tribunal Internacional para todos os casos que ocorrem em Timor Leste, como um mecanismo para configurar o tribunal que vêm do Conselho de Segurança da ONU. E os casos de crimes graves contra a humanidade também deve merecer a atenção da comunidade internacional, uma vez que os crimes graves não constituem apenas responsabilidade dos timorenses, mas também deve constituir interesse da comunidade internacional. Deste modo, eu estou de acordo com a instituição do Tribunal Internacional para se fazer Justiça sobre todos os casos de crimes graves. Apesar de toda a gente pensar que o julgamento iria custar muito, no entanto requer um tempo bastante longo para a sua efetivação”.

Os timorenses consideram que enquanto Estado soberano, Timor-Leste deveria dispor de um sistema de lei nacional que permitisse investigar e julgar as infinitudes de crimes que foram cometidas durante a ocupação indonésia ou recorrer a lei internacional ou convenção internacional e acordos que tenham sido assinados pelos líderes políticos nacionais. No caso de as normas de Direito Internacional não aceitarem o julgamento dos crimes graves contra a humanidade em Timor, os líderes políticos não deveriam hesitar em criar as condições legais de criminalizar e responsabilizar os culpados porque só o o processo de justiça contra aos autores de crimes graves poderia ajudar a cicatrizar as feridas das vítimas de crimes graves em Timor Leste.

Conclusão

Neste ponto, vamos procurar resumir aquilo que consideramos ser as conclusões da nossa investigação, vamos procurar relacionar os dados ou variáveis já apresentados na fase anterior e procuraremos também responder os propósitos iniciais desta investigação, tendo em conta que numa investigação as respostas nunca são completamente esgotadas, nem fechadas. Desta forma, pode a cada momento suscitar novas interrogações e abrir-se para novas investigações. Importa lembrar, uma vez mais, que os dados disponíveis da nossa investigação resultaram essencialmente do contacto com atores locais: a partir das trinta e duas entrevistas realizadas e acesso aos documentos que consideramos mais pertinentes para o nosso trabalho.

Reafirmamos que, no final da ocupação indonésia do território de Timor-Leste, a violência instaurou-se por todo o território nacional, atingindo o seu pico no momento do referendo da independência, em agosto de 1999. A onda de violência deixou marcas profundas na sociedade timorense, provocando enormes feridas ao povo timorense que ainda hoje não estão devidamente cicatrizadas. Repetindo as palavras de Patrícia Jerónimo, a criação do Estado de Timor-Leste foi um processo muito longo e doloroso que constitui um verdadeiro caso de estudo.

Nestas circunstâncias, os entrevistados associam a gravidade da violência à conivência dos líderes timorenses e a onda de impunidade que passamos a citar:

“Eu sei que as vítimas de crimes graves foram provocadas pelos militares e milícias pró-Indonésia, incluindo a minha própria família. No entanto, até hoje, os autores dos crimes graves não foram submetidos a tribunal para explicar as suas ações. No período de transição a Organização da Nações Unidas determinou a Unidade de Crimes Graves entre outras várias comissões para julgar os autores de crimes graves. De acordo com o artigo 160 da Constituição, estabelece um tribunal nacional ou um tribunal internacional. Até agora, só Abílio Araújo Soares e Eurico Guterres foram apresentados a tribunal, mas parece simplesmente uma farsa, dado que não impõem aos generais serem os autores de todos os crimes graves cometidos no passado”.

Os entrevistados não se reveem nos acordos das comissões que promoveram soluções pacíficas de aproximação e de reconciliação. O sentimento de insatisfação é visível nas seguintes palavras de um dos entrevistados:

“Numa sexta-feira, quando saía da escola, fui espancado e torturado sem qualquer razão. Caso, no momento, não começasse a correr, eu poderia ter morrido porque a milícia me tinha tentado matar. Fiquei em choque. Depois disso, aquando do processo de referendo, estávamos sob ataque das milícias e dos militares na igreja Same, no qual estávamos psicologicamente amedrontados após realizar a votação. Naquele momento várias pessoas morreram. Para mim esta é uma violação muito grave, porque não tivemos nenhuma liberdade na época como ser humano”.

Através das entrevistas realizadas ao longo deste trabalho, tivemos a oportunidade de perceber melhor o sentimento do nosso povo relativo ao processo de transição de um regime ocupacional ilegítimo para um Estado de Direito Democrático à luz da Comunidade Internacional. Dos 32 entrevistados, 25 residiam no país durante o período de ocupação, 3 estiveram fora do país e 4 inqueridos não responderam. Porém, todos afirmam ser vítimas diretas ou indiretas do regime de ocupação, mostrando que os efeitos do regime autoritário foram sentidas dentro e fora do país.

Não obstante, 87,5% dos entrevistados considerar pertinente e imprescindível a criação do Tribunal Internacional *ad hoc* para Timor Leste, apenas 9.3% consideram que os líderes timorenses fizeram tudo que poderiam para julgar e condenar os praticantes de crimes graves durante o período da ocupação indonésia. Desta forma, apenas 10 entrevistados reconhecem aspetos positivos ao Tribunal Internacional *ad hoc* e 20 entrevistados manifestaram-se contra a criação da Comissão de Amizade e Verdade por considerarem que, por um lado, desconsiderou as atrocidades praticadas pelos militares do regime contra o povo timorense e, por outro lado, limitou-se exclusivamente a aproximar-se da Indonésia e manter os laços de amizade com o país invasor.

Ainda reafirmaram sobre o Tribunal Internacional *ad hoc* que não se poderia esperar qualquer iniciativa dos líderes indonésios que fosse benéfica para o país e foi considerada uma “cortina” para proteger os responsáveis pela prática de crimes graves durante o período de ocupação. Daí, não ter havido julgamento de qualquer líder político e militar

do regime indonésio, nem responsabilização pelos crimes graves contra a humanidade. Portanto, consideram que a Comissão de Verdade e Amizade foi uma das principais responsáveis por este desfecho, uma vez que a prioridade sempre foi atribuída à amizade e aproximação entre os dois países em detrimento da aplicação da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allmén, Susanne, *Internalising the Culture of Human Rights: Securing Womens Rights in Post – Conflict East Timor*, 21 de Janeiro de 2007.

Amnesty International, *Timor Leste: Failure to prosecute indicated militia leader reinforces urgent need for an international tribunal*, 4 de Setembro de 2009, disponível em www.laohamutuk.org [07.03.2015].

Amnesty International & Judicial System Monitoring Programme, *Indonesia & Timor Leste Justiça para Timor Leste: Um Passo à Frente*, 21 de Junho 2004, disponível em www.jsmp.tl [03.03.2015].

Amnesty International, *Timor Leste: Justice Delayed, Justice Denied*, Outubro 2011 disponível em www.jsmp.tl [24.03.2015], http://www.amnistia-internacional.pt/files/relatorioanual/RA_2012/Timor_Leste_2012.pdf [24.03.2015].

Ashley Lipscomb, Leigh, *Beyond the Truth: Can Reparations Move Peace and Justice Forward in Timor Leste*, Março 2010, disponível em <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lang=en&id=114231> [15.02.2016].

Babo-Soares, Dionísio, *Nahe Biti: The Philosophy and Process of Grassroots Reconciliations Land Justice in East Timor*, Abril 2004, disponível em <http://courses.washington.edu/war101/readings/Babo-soares-reconciliation.pdf> [18.04.2016].

Burgerss, Patrick, *Vulnerable Groups and Security in Timor Leste*, Maio 2012, disponível em <http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2013/05/2012-Vulnerable-Groups-and-Security-in-Timor-Leste.pdf> [17.04.2016].

Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, *Chega!*, 31 de Outubro de 2005.

Comissão Verdade e Amizade, *Per Memoriam Ad Spem*, 31 de Março de 2008.

Correia, José Manuel Sérvulo, *O estatuto de Portugal como potência administrante: um debate no Tribunal Internacional de Justiça*, em Jorge Miranda, Lisboa, 2000.

Cunha, Joaquim da Silva, e Pereira, Maria Assunção do Vale, *Manual de Direito Internacional Público*, Coimbra, 2000.

Durand, Frederic, *Timor Leste: País no Cruzamento da Ásia e do Pacífico*, Lidel, 2010.

De Sousa, Ivo Carneiro, *The Portuguese Colonialization and the Problem of East Timorese Nationalism*, Lusotopia, 12 Outubro 2001.

East Timor Law Journal Bulletin, *Political Interference in Judicial Process in East Timor*, 5 de fevereiro de 2009, disponível em <http://www.easttimorlawandjusticebulletin.com/2009/02political-interference-in-judicial.html> [30.05.2015].

Fragility Assessment Team at Ministry of Finance, *Learning from The Past and Always Try Not To Repeat Terrible Things, We All Should Be Together To Bring Our Country Move Forward*, Dili, 26 de Fevereiro de 2013.

Harrington, Andrew, *25th of May 2006 Massacre & War Crimes in Timor Leste*, 24 de Janeiro 2007, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/142526015/War-Crimes-in-Timor-25-th-of-May-2006-Massacre-War-Crimes-in-Timor-Leste> [30.06.2015].

Independent Comprehensive Needs Assessment, *Sistema Justiça em Timor Leste: Avaliação Independente e Abrangente para Necessidades*, Díli, 13 de Outubro de 2009, disponível em <http://www.laohamutuk.org/reports/UN/UNMIT/JusticeNeedsAssessmentOct09.pdf> [12.05.2015].

International Crisis Centre for Transitional Justice, *Impunidade em Timor Leste: Equipa Investigação Crime Grave, Pode Fazer a Diferença?*, junho 2010, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-JSMP-TimorLeste-Impunity-Investigation-2010-Portuguese.pdf> [18.11.2015].

International Crisis Group, *Timor Leste: Reconciliation and Return from Indonesia*, Dili/Brussels 18 de abril de 2011, disponível em <http://www.refworld.org/docid/4dad28712.html> [24.04.2016].

Jarvinen, Taina, *Human Rights and Post Conflict: Transitional Justice in East Timor*, 2004, disponível em <https://www.ciaonet.org/catalog/1270> [12.01.2016].

Jerónimo, Patrícia, *Os Direitos Fundamentais na Constituição da República Democrática de Timor Leste e na Jurisprudência do Tribunal de Recurso*, 2011, disponível em <http://docplayer.com.br/6814881-Os-direitos-fundamentais-na-constituicao-da-republica-democratica-de-timor-leste-e-na-jurisprudencia-do-tribunal-de-recurso.html> [02.05.2015].

Jerónimo, Patricia, *Citizenship and State-Building in East Timor*, 2011, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/21330/1/JER%C3%93NIMO,%20P.,%20Citizenship%20and%20state-building%20in%20East%20Timor.pdf> [21.03.2016].

Jerónimo, Patrícia, *O Direito Timorense da Nacionalidade*, 11 de Junho de 2010, disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Jeronimo-Patricia-Direito-timorense-da-nacionalidade.pdf> [15.02.2016].

Jerónimo, Patrícia, *Direito Internacional Público: O Regime Internacional dos Espaços*, 2009, disponível em <http://docplayer.com.br/914980-Direito-internacional-publico-o-regime-internacional-dos-espacos-sumarios-desenvolvidos.html> [08.01.2016].

Jerónimo, Patrícia (org.), *Os Direitos Humanos no Mundo Lusófono: Estado e Arte*, 2015, disponível em [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35271/1/JER%C3%93NIMO,%20P.,%20\(org.\),%20Os%20direitos%20humanos%20no%20mundo%20lus%C3%B3fono.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35271/1/JER%C3%93NIMO,%20P.,%20(org.),%20Os%20direitos%20humanos%20no%20mundo%20lus%C3%B3fono.pdf) [21.06.2016].

Jerónimo, Patrícia, *Report On Citizenship Law: East Timor (Timor-Leste)*, disponível em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/45931/GLOBALCIT_CR_2017_07.pdf?sequence=1 [22.06.2017].

La'ó Hamutuk, *Justiça ba Timor Leste Nafatin nu'udar Obrigação ida bé seidauk atinje/Justiça de Timor-Leste Continua a Ser Uma Obrigação Ainda Não Cumprida*, Agosto de 2009, disponível em www.laohamutuk.org [15.03.2015].

Majumdar, Sayan, *Violation of The Rule of Law and Criminal Justice in East Timor*, Março 2009, disponível em <http://www.easttimorlawandjusticebulletin.com> [30.5.2015].

Mugah, Robert e LeBrun, Emile, *Timor Leste Armed Violence Assesment*, 2010, disponível em <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/C-Special-reports/SAS-SR12-Timor-Leste-Armed-Violence-Assessment-Final-Rep.pdf> [03.02.2016].

Oenarto, Joseph, *Can East Timor Survive Independence*, 2000, disponível em <https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/40403/3/DP17-2000.pdf> [23.04.2016].

Ofstad, Olav, *Reconciliation and Conflict Resolution in East Timor: Lesson for Future Peace Operation*, Abril 2012, disponível em <http://www.elac.ox.ac.uk/downloads/reconciliation%20and%20conflict%20resolution%20in%20east%20timor%20apr%202012.pdf> [21.04.2016].

Pascoe, Daniel, *Justice for Serious Crime Committed During 1999 in Timor Leste: Where to From Here?*, 2006, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/231092127/Justice-for-Serious-Crimes-Committed-during-1999-in-Timor-Leste-Where-to-From-Here-Daniel-Pascoe> [25.06.2015].

Periodic Report on Human Rights Development in Timor Leste, *Facing the Future*, 1 de julho 2009/30 de junho de 2010, disponível em <http://unmit.unmissions.org/LinkClick.aspx?fileticket=AvdqN9gKd9Y%3D&tabid=12032&language=en-US> [21.04.2016].

Pigou, Piers, *Crying Without Tears (In Pursuit of Justice and Reconciliation in Timor Leste: Community Perspectives and Expectations*, Agosto 2003, disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Reconciliation-Expectations-2003-English.pdf> [12.02.2016].

Reiget, Caitlin, e Wierda, Marieke, *The Serious Crimes Process in Timor-Leste: In Retrospect*, New York, International Center for Transnational Justice, 2006, pp. 13-14,

disponível em <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Criminal-Process-2006-English.pdf> [01.04.2017].

Silva, Kelly Cristine da, e Simão, Daniel Schroeter, *Timor Leste por Trás do Palco: Cooperação Internacional*, Coimbra, 2000.

Silva, Romesh, e Ball, Patrick, *The Profile of Human Rights Violations in Timor Leste 1974 – 1999*, 9 de fevereiro de 2006, disponível em <https://hrdag.org/content/timorleste/Benetech-Report-to-CAVR.pdf> [28.03.2016].

ANEXOS

Universidade do Minho

Escola de Direito

Mestrado em Direitos Humanos



Guião da Entrevista

PERFIL DO ENTREVISTADO:

SEXO

NACIONALIDADE

LUGAR DE RESIDÊNCIA EM 30 DE AGOSTO DE 1999

LUGAR DE RESIDÊNCIA A QUANDO DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

GRAU DE ESCOLARIDADE

- 1.** Se residia em Timor-Leste durante a ocupação indonésia, foi diretamente vítima de violência perpetrada pelas autoridades indonésias ou milícias pró-Indonésia? Em caso afirmativo, descreva o que se passou e se os seus agressores foram julgados por esses factos? *Se hela iha Timor-Leste durante ocupação husi indonésia, sai hanesan vítima diretamente husi autoridades indonésias ka milícias*

pró-Indonésia? Se nune'e, descreve took saída mak acontece iha momento ne'ebá no karik agressores hirak ne'e hetan ona julgamento ba factos hirak ne'e?

2. Conhece alguém que tenha sido vítima de violência perpetrada pelas autoridades indonésias ou milícias pró-Indonésia? Sabe se os agressores foram julgados por esses factos? *Conhece ema balun mos sai hanesan vítima ne'ebé halo husi autoridades indonésias ka husi milícias pró-Indonésia? Hatene katak agressores hirak ne'e hetan ona julgamento ona ba factos ne'e?*
3. Sabe o que é o Painel Especial para Crimes Graves do Tribunal Distrital de Díli? Em caso afirmativo, o que pensa sobre a atuação deste Painel? *Karik ita boot hatene kona-bá Painel Especial ba Crimes Graves ne'ebé halo iha Tribunal Distrital Díli? Se nune'e, saída mak ita hanoin kona-bá atuação ka desempenho de trabalho husi Painel ne'e rasik?*
4. Sabe o que é o Tribunal *ad hoc* de Jakarta? Em caso afirmativo, o que pensa sobre a atuação deste Tribunal? *Karik ita boot hatene kona-bá Tribunal ad hoc iha Jakarta? Se nune'e, saída mak ita hanoin kona-bá atuação ka desempenho de trabalho husi Tribunal ne'e?*
5. Sabe o que é a CAVR? Em caso afirmativo, o que pensa da atuação desta Comissão? *Karik ita boot hatene kona-bá CAVR? Se nune'e, saída mak ita boot hanoin kona-ba atuação husi comissão ne'e rasik ka sira nia desempenho de trabalho?*
6. Sabe o que é a Comissão Verdade e Amizade entre Timor-Leste e a Indonésia? Em caso afirmativo, o que pensa da atuação desta Comissão? *Karik ita boot hatene kona-bá Comissão Verdade no Amizade entre Timor-Leste e Indonésia? Se nune'e saída mak ita boot hanoin kona-bá atuação ka desempenho de trabalho husi comissão ne'e?*

7. Acha que deve ser criado um Tribunal Internacional *ad hoc* para Timor-Leste, para julgar os autores dos crimes praticados durante a ocupação indonésia e no período subsequente ao referendo de Agosto de 1999? *Karik ita hano in katak tenki harii ad hoc Tribunal Internasional ba Timor-Leste hodi halo julgamento ba crimes praticados durante ocupação indonésia no período subsequente ka período depois de referendo iha fulan Agosto iha 1999?*
8. Considera que as autoridades timorenses fizeram tudo o que podiam fazer para responsabilizar os autores de violações de direitos humanos durante a ocupação indonésia e no período subsequente ao referendo de Agosto de 1999? *Fiar katak autoridades timorenses bele halo buat hotu hodi tahan autores crimes violações de direitos humanos durante ocupação indonésia no período subsequente ka período depois de referendo iha fulan Agosto 1999?*
9. Caso tenha respondido negativamente à pergunta anterior, diga quais são, em sua opinião, as consequências para a sociedade timorense? *Se no caso ita boot responde negativa ba pergunta anterior, dehan took mai ita boot nia opinião, consequência tomak ba sociedade timorense ninian?*

Universidade do Minho
Escola de Direito
Mestrado em Direitos Humanos



Declaração de consentimento informado

Eu, abaixo assinado, confirmo que aceitei ser entrevistado pelo Licenciado Roberto Pacheco para fins do estudo que este está a realizar, no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Direitos Humanos, intitulado “A impunidade das Violações de Direitos Humanos em Timor Leste Durante a Ocupação Indonésia (1975/1999)”.

O Licenciado Roberto Pacheco explicou-me quais os objetivos do seu estudo de forma clara. Fui informado de que a minha participação no estudo é inteiramente voluntária e de que eu posso recusar-me a responder às perguntas a qualquer momento. Foi-me também dada a garantia de que o conteúdo da minha entrevista será tratado de forma anónima e guardado num computador protegido por palavra passe, para além de que só será usado para efeitos do estudo intitulado “A impunidade das Violações de Direitos Humanos em Timor Leste Durante a Ocupação Indonésia (1975/1999)”.

Na expectativa de que os resultados desta entrevista possam ser usados para o melhor interesse do estudo do tema, é feita esta declaração de consentimento informado para a gravação áudio da entrevista e concedida a autorização para o tratamento da mesma informação conforme os objetivos do estudo.

Díli/...../2016

Entrevistado

(.....)

Universidade do Minho
Escola de Direito
Mestrado em Direitos Humanos



Declaração de consentimento informado

Hau, ne'ebé assina iha kraik, confirma katak aceita hanesan entrevistado ho Licenciado Roberto Pacheco ho objetivo ba final estudo ninian ne'ebé realiza dau-daun, iha âmbito ninia dissertação ba Mestrado Direitos Humanos, ho titulado “A impunidade das Violações de Direitos Humanos em Timor Leste Durante a Ocupação Indonésia (1975/1999)”.

Licenciado Roberto Pacheco explica mai hau saída mak sai hanesan ninia objetivo clara. Informado mos kona-bá hau nia participação iha estudo pesquisa ne'e interiramente voluntária e hau mos bele recusa ba hatan perguntas hotu iha qualquer momento. Hau mos hetan garantia katak conteúdo husi hau nia entrevista sei trata iha forma anónima no guardado iha computador protegido ho ninia palavra passe, alem de ne'e somente sei uza deit ba efeitos husi estudo intitulado “A impunidade das Violações de Direitos Humanos em Timor Leste Durante a Ocupação Indonésia (1975/1999)”.

Ho expetativa ida katak resultado hirak husi entrevista ne'e bele uza deit ba interesse husi estudo do tema, feita mos katak declaração de consentimento informado ba gravação áudio husi entrevista no concedida ba autorização ba tratamento hanesan ba informação conforme objetivos husi estudo ne'e rasik.

Díli/...../2016

Entrevistado

(.....)

SÍNTESE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS (1-8)

	1	2	3	4	5	6	7	8
Sexo	M	M	M	M	M	M	M	M
Ano de nascimento	1975	1981	1978	1982	1964	1974	1984	1964
Nível de escolaridade	Lic.	Finalista UNTL	Lic.	Lic.	Lic.	Finalista UNTL	Secundário	Secundário (incompleto)
Residiu em TL durante ocupação indonésia?	Sim.	Sim.	Não refere.	Sim.	Sim.	Não refere.	Sim.	Sim.
Foi vítima?	Não.	Sim (Indireta).	Sim (Indireta).	Sim.	Sim.	Sim (Indireta).	Sim.	Sim.
Conhece quem tenha sido vítima?	Sim.	Sim.	Não (Apenas povo Timorense).	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Sabe o que é o Painel Especial	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Não respondeu.	Sim.	Sim.

sobre Crimes Graves?								
Tem opinião positiva sobre o Painel?	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	-	Não tem opinião concreta.	Não.
Aspetos positivos do Painel	Não refere.	Não refere.	Não tem.	Não refere.	Não refere.	-	- O mandato que captura dos autores de crimes graves permanece em vigor.	Não refere.
Aspetos negativos do Painel	-Muitos dos autores de crimes não foram julgados; Muitos continuam na Indonésia	-Não atende a todas as expectativas do público, apenas a 50% .	- O painel não tinha mandato para exigir e trazer os responsáveis à justiça; Era uma farsa; Foi criado simplesmente para	- Interesses políticos, nomeadamente preocupações com as relações bilaterais, a reconciliação c/ a Indonésia; Ignora a justiça para as vítimas.	- Não funciona contra os principais autores de crimes graves.	-	- Os principais autores dos crimes graves não foram processados; - Interesses políticos associados.	- Não houve boa vontade por parte da Indonésia a cooperar com as Nações

	e visitam as famílias em TL sem serem apanhados pelas autoridades.		responder a interesses políticos.					Unidas em Timor Leste; Funcionamento estranho e ineficaz do Painei.
Sabe o que é o Tribunal <i>ad hoc</i> de Jakarta?	Sim.	Sim.	+/-	Sim.	Sim.	Não respondeu.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre o Tribunal?	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	-	Não.	Não.
Aspetos positivos do Tribunal	Não refere	Não tem.	Não tem.	Não tem.	Não tem.	-	Não tem.	Não refere.

Aspetos negativos do Tribunal	- O tribunal <i>ad hoc</i> não está em execução transparente; Só Eurico Guterres está em julgamento enquanto outros tantos autores estão na Indonésia.	- Os generais e criminosos de crimes graves continuam a não serem capturados; Apenas uma ou duas pessoas foram para a prisão mas logo libertadas, apenas para corrigirem a sua reputação.	- É um tribunal cheio de farsa.	- Este tribunal é uma farsa.	- Não atuou nem processou os principais atores de crimes graves em Timor Leste e Indonésia; Conseguiu enganar as Nações Unidas com o tribunal processando dois filhos timorenses da pró-Indonésia;	-	- É uma farsa política; - Cortina utilizada para cobrir toda a culpa dos autores de crimes graves;	- Foi apenas uma maneira de “lavar” todos os crimes dos autores de crimes graves contra a humanidade em Timor Leste e enganar a comunidade
--------------------------------------	--	---	---------------------------------	------------------------------	--	---	---	--

								internaci onal.
Sabe o que é a CAVR?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre a CAVR?	Sim.	Tem boa opinião, mas não ótima.	Sim.	Sim.	Não.	Não.	Não.	Sim.
Aspetos positivos da CAVR	Fornecer uma série de recomendações sobre todos os casos de crimes graves cometidos.	- Recolha de dados para todos os acontecimentos passados ocorridos durante a ocupação da Indonésia	- Pode coletar todos os dados/informações das vítimas e autores.	- Conseguiu conduzir as investigações e recolher todos os dados dos crimes graves do passado.	- Recolha de dados dos acontecimentos ocorridos durante a ocupação;	- Coletar todos os dados sobre todos os acontecimentos de crimes graves cometidos contra a humanidade; Publicação do relatório Chegac/recomendações.	- Foi extraordinária para recolher a verdade apresentada nos depoimentos das testemunhas;	- Permitiu encontrar todos os factos e dados de todos os acontecimentos relacionados com os crimes graves

								contra a humanid ade.
Aspetos negativos da CAVR	-Essas recomen dações não são seguidas pelo governo de Timor- Leste e da Indonésia .	- Imperfeita análise do conteúdo do relatório Chega.	- Não acompanham ento e implementaç ão de todas as recomendaçõ es destes milhares de dados que havia descoberto e foram lançados em relatório.	- Não refere.	- Todos os testemunhos contidos no relatório da CAVR derivaram apenas das vítimas e não dos autores de crimes graves.	- Todas as recomendações não foram tidas em conta pelos dois países até ao momento.	- Falta de seriedade e vontade política de ambos os governos de Timor Leste e da Indonésia em acompanhar todas as recomendaçõe s do relatório Chega.	- Não refere.
Sabe o que é a Comissão de Verdade e	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.

Amizade TL/Indonésia?								
Tem opinião positiva sobre a Comissão?	Não refere.	Não refere.	Não.	Não.	Não refere.	Não.	Não.	Não.
Aspetos positivos da Comissão	Não refere	Não refere.	Não refere.	Não refere.	Não refere.	Não refere.	- Procurar todas as crianças que foram forçadas a desaparecer das suas famílias e levadas para a Indonésia para puderem voltar a reunir com as suas famílias em Timor Leste.	Não refere.
Aspetos negativos da Comissão	Tem muitos interesses	- A criação da CVA nasceu com o objetivo	-Esta só está preocupada com os casos	- Surge por causa da estratégia	Não refere.	- A comissão iria gastar muito do orçamento do	- Considerado um acordo político entre a	- É uma parte ou mecanis

	políticos entre o governo de Timor Leste e da Indonésia	de evitar o processo judicial contra os autores de crimes graves	que aconteceram em 1999, não olha para todos os acontecimentos ocorridos a partir de 1975. Portanto, há uma enorme diferença no qual a CVA deriva de um acordo político entre os dois países	política, para lavar as mãos dos dois governos que queria travar os processos de justiça contra os autores de crimes graves.		Estado, bem como nem tudo tinha finalidade.	Indonésia e Timor Leste.	mo de violação dos princípios universais de justiça, especialmente quando é para conceder amnistia a todos os autores de crimes graves.
--	---	--	--	--	--	---	--------------------------	---

Acha que deve ser criado um Tribunal Internacional <i>Ad Hoc</i> para Timor-Leste?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Acha que as autoridades timorenses fizeram tudo o que podiam fazer?	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.
Qual o impacto para a sociedade timorense?	- Continuação da impunidade; Dificuldade em abordar as questões	- Continuidade dos crimes graves.	- Instabilidade política; Não crença na justiça.	- Desrespeito mútuo entre si; - Violência; - Sistema de justiça fraco.	-Implementação de uma “bomba” para os nossos filhos no futuro; - Sistema judicial injusto e c/ interferência política.	- Violência; Criminalidade; - Desrespeito pela justiça;	- Não há democracia; - Desobediência a lei;	- Desrespeito pelo sistema judicial do país;

	de estabilida de e paz nacional; Violência no futuro.							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

SÍNTESE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS (9-16)

	9	10	11	12	13	14	15	16
Sexo	M	M	M	M	F	M	M	M
Ano de nascimento	1971	1970	1971	1961	1979	1963	1973	1981
Nível de escolaridade	Mestrado	Mestrado	Mestrado	Universitári o	Pré- secundário	Secundári o	Secundár io	Universitári o

Residiu em TL durante ocupação indonésia?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Foi vítima?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim (Indireta).	Sim.	Sim.	Sim.
Conhece quem tenha sido vítima?	Sim.	Sim.	Sim (Povo timorense).	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Sabe o que é o Painel Especial sobre Crimes Graves?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre o Painel?	Sim.	Sim, mas não na totalidade.	Sim, mas não na totalidade.	Sim.	Não.	-	Não.	Não.
Aspetos positivos do Painel	- Conseguiu reunir todos os dados para o	-Consegue fazer julgamento	- Emitiu uma acusação contra os militares	- Julgou alguns dos crimes	- Não refere.	-	- Processo u alguns	- Não refere.

	<p>juízo, e juntar todos os acontecimentos que ocorreram em 1999 e no ano anterior.</p>	<p>contra os autores de crimes graves.</p>	<p>oficiais e a milícia pro Indonésia.</p>	<p>graves ocorridos.</p>			<p>dos perpetrad ores ou autores de crimes graves.</p>	
<p>Aspetos negativos do Painel</p>	<p>- Não refere.</p>	<p>- Não foi plenamente executado porque existiu muita interferência dos líderes no sistema de justiça.</p>	<p>- A Indonésia não tinha boa vontade em entregar os autores de crimes graves para juízo até o mandato do painel especial ser concluído em 2005.</p>	<p>- Foi muito curto.</p>	<p>- Interferência política das elites políticas dos dois países, tanto Timor- Leste como Indonésia.</p>	<p>-</p>	<p>-Não consegue proporci onar justiça a todas as pessoas de Timor Leste que tenham sido vítimas de crimes</p>	<p>- Não olharam para todos os casos de crimes graves em Timor Leste desde 1974; - Foi muito limitado; as suas conclusões não tiveram</p>

							graves durante os 24 anos de ocupação Indonésia.	capacidade para capturar todos os autores ou perpetradores de crimes graves.
Sabe o que é o Tribunal <i>ad hoc</i> de Jakarta?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	+/-	Não.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre o Tribunal?	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	-	Não.	Não.
Aspetos positivos do Tribunal	- Não tem.	- Não tem.	- Não tem.	- Não tem.	- Não tem.	-	- Não tem.	- Não tem.

Aspetos negativos do Tribunal	- O tribunal é apenas um artifício político do Estado indonésio.	- Foi uma farsa, de modo, que os autores de crimes graves não foram julgados em tribunal internacional.	- Não processou todos os membros dos militares que foram considerados responsáveis por todos os crimes que cometeram em Timor Leste. - Uma conspiração da comunidade internacional.	- Não processou os principais autores de crimes graves cometidos em Timor Leste durante a ocupação, mas apenas processou duas pessoas.	- Foi criado com base em altos níveis de pura mentira.	-	- Apenas foi instituído para enganar a comunidade internacional, porque nunca processaram todos os perpetradores ou autores de	- Foi um teatro para não processar os principais autores de crimes graves cometidos em Timor Leste.
--------------------------------------	--	---	--	--	--	---	--	---

							crimes graves.	
Sabe o que é a CAVR?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre a CAVR?	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Aspetos positivos da CAVR	- Estabelecida com vista a conciliar os autores destes crimes graves com as vítimas de Timor Leste.	-Produziu as recomendações apresentadas no documento Chega submetido à ONU.	- Documentação de todos os crimes violentos e graves que ocorreram em Timor Leste.	- Não refere.	- Foi uma via para as vítimas revelarem a verdade, as emoções e a história de todo o mal que receberam.	- Procurou todos os dados relativos às vítimas de crimes graves, e tentou defender os direitos humanos em Timor Leste.	- Foi uma excelente comissão para trazer os autores de crimes graves as vítimas;	- Conseguiu trazer as vítimas dos crimes graves a falar sem qualquer sentimento de vergonha e medo.

Aspetos negativos da CAVR	Não refere.	Não refere.	-Todas as conclusões e recomendações da Comissão, não foram seguidas tanto pelo governo de Timor Leste como pelo governo indonésio.	- Os atores de crimes graves que são considerado s leves não estão a ser julgados. - Optarem pela política da reconciliação.	- Não cumprimento das recomendações es apresentadas no relatório Chega. - A reconciliação não pode eliminar os julgamentos de todos estes casos.	Não refere.	- Este não foi seguido pelos dois governos , tanto de Timor-Leste como da Indonésia; - Criada apenas para gastar orçamento o.	- Os relatórios criados pela CAVR não foram postos em prática até agora por ambos os países.
----------------------------------	-------------	-------------	---	---	---	-------------	--	--

Sabe o que é a Comissão de Verdade e Amizade TL/Indonésia?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	+/-	Sim.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre a Comissão?	Não.	Sim.	Não.	Sim.	Não refere.	Não.	Não.	Não.
Aspetos positivos da Comissão	-Não refere.	- Fruto de um produto político de Timor-Leste e da Indonésia para um olhar no futuro para a retomada da amizade e de toda a verdade.	- Mostrar a comunidade internacional um caminho para a reconciliação.	- O mandato procura a verdade e a amizade.	-Não refere.	- Fortalecer os laços de amizade entre a Indonésia e Timor Leste.	- Não refere.	- Não refere.

Aspetos negativos da Comissão	-Estabelecida por iniciativa de Timor Leste e da Indonésia para criar amizades; Interferência/interesses políticos.	- Não refere.	- As amizades realizadas entre estes os dois países foram com vista a esquecer a justiça e a equidade de todos os autores de crimes graves em Timor Leste.	- Decisão tomada pelos dois países, Indonésia e Timor-Leste.	Não refere.	- Não mostrou um bom compromisso a fim de trazer os autores de crimes graves à justiça.	-	- A CVA é uma mentira, é um produto da política sem olhar para as vítimas.
Acha que deve ser criado um Tribunal Internacional <i>Ad Hoc</i> para Timor-Leste?	Sim.	Sim.	Sim.	Não refere, apenas acha difícil a sua instituição.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Acha que as autoridades timorenses fizeram tudo o	Não respondeu.	Não.	Não.	Não.	Não.	Sim, se cumprir a lei.	Não.	Não tem opinião concreta.

que podiam fazer?								
Qual o impacto para a sociedade timorense?	- Desconfiança do sistema de justiça e leis; - Aumento dos crimes.	-Aparecimento de outros crimes; - Insatisfação do sistema judicial.	- Acontecimentos inesperados no futuro pela falta de justiça; - Situações traumáticas e profundas.	- Apenas considera consequências para os atores dos crimes.	- Sentimento de dignidade desvalorizada como seres humanos; - Desconfiança pelo sistema de justiça.	- Descrença do sistema judicial;	- Descrença do sistema judicial;	- Continuidade do crime e violência; - Problemática da impunidade.

SÍNTESE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS (17-24)

	17	18	19	20	21	22	23	24
Sexo	M	M	M	M	M	M	M	F
Ano de nascimento	1968	1961	1961	1973	1972	1973	1967	1967

Nível de escolaridade	Secundário	Primária (4º Classe)	Primária (4º Classe)	Lic.	Lic.	Secundário	Secundário	Lic.
Residiu em TL durante ocupação indonésia?	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.	Não se recorda.	Sim.	Não refere.
Foi vítima?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim (Indireta).
Conhece quem tenha sido vítima?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Sabe o que é o Painei Especial sobre Crimes Graves?	Não.	Sim.	Não.	Sim.	Não.	+/-	+/-	Sim.
Tem opinião positiva sobre o Painei?	-	Não.	-	Não.	-	Não.	Não.	Não.

Aspetos positivos do Painel	-	- Não refere.	-	- Não refere.	-	- Não refere.	- Processar os autores ou perpetradores de crimes graves contra a humanidade em Timor.	- Não refere.
Aspetos negativos do Painel	-	- Não faz muita justiça para os autores de crimes graves contra a humanidade em Timor Leste.	-	- As milícias pró-indonésias infiltraram a fronteira e o Painel Especial não os capturou nem fez justiça contra eles.	-	- Não fizeram nada para julgar os autores de crimes graves contra a humanidade em Timor Leste; - Resultado nulo.	- Não foi bem exercido devido a intervenção política dos nossos líderes.	- Nenhum dos casos de crimes graves foram levados à justiça, apenas o caso da violência sexual em Lolotoe, tinha chegado a uma decisão; - Mandato curto.

		- Falta de colaboração da Indonésia.						
Sabe o que é o Tribunal <i>ad hoc</i> de Jakarta?	+/-	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	+/-
Tem opinião positiva sobre o Tribunal?	- Não refere.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.
Aspetos positivos do Tribunal	- Eurico Guterres foi julgado e enviado para a prisão.	- Não refere.	- Não refere.	- Não refere.	- Criado por iniciativa dos líderes indonésios, com o fundamento de que era para o interesse nacional.	- Serviu unicamente para processar duas pessoas, Abílio Osório Soares e	- Não refere.	- Houveram duas pessoas que foram julgados pelo tribunal.

						Eurico Guterres.		
Aspetos negativos do Tribunal	- Não refere.	-Só fez justiça contra Eurico Guterres e Abílio Osório Soares, não processando os principais perpetradore s ou autores de crimes graves.	- Foi apenas uma cortina para cobrir a sua feiura para com todos os crimes graves dado que só processou dois timorenses, Abílio Osório Soares e	- Não é séria a intenção de processar os principais autores de crimes graves contra a humanidade cometidos em Timor Leste, dado que o tribunal só fez justiça contra dois autores.	- Não beneficiou as vítimas.	- Não julgou os militares indonésios que foram os perpetradores ou autores principais de crimes graves em Timor Leste.	- Não fez nada, uma vez que não julgou os autores de crimes graves cometidos em Timor Leste durante a ocupação.	- Não julgou os principais autores ou perpetradores de crimes graves contra a humanidade em Timor Leste.

			Eurico Guterres.					
Sabe o que é a CAVR?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre a CAVR?	Não.	- Não refere.	Sim.	Não.	Não.	Não.	Sim.	Não.
Aspetos positivos da CAVR	- Descobrir todos os aconteciment os que ocorreram em Timor Leste desde a ocupação Indonésia em Timor Leste.	- Recolher toda a verdade e como meio de reconciliação contra todos os autores de crimes graves, a fim de olhar para o futuro.	- Reuniu todos os testemunho s das vítimas de crimes graves em Timor Leste e elaborou um	- Encontrar e recolher todos os dados acerca de todos os acontecimento s de crimes graves cometidos em Timor-Leste e conciliar os timorenses.	- Recolher todos os dados associados a todas as ocorrências de crimes graves contra a humanidade cometidos durante a ocupação da	- Analisou os aconteciment os que ocorreram em 1999, mas observou todos os crimes graves cometidos desde 1974 até 1999;	- Não refere.	- Recolha e gravação do depoimento das vítimas sobre as experiências a que foram sujeitos pela milícia pró- Indonésia e pelos

			relatório favorável.		Indonésia em TL.	- Foi muito boa para tentar gravar e ouvir todos os testemunhos das vítimas de crimes graves.		militares indonésios.
Aspetos negativos da CAVR	- Houvera muitas vítimas que não foram chamadas a testemunhar sobre a tortura a que foram sujeitos desde a ocupação	- Não refere.	- Não refere.	- Os resultados do relatório da CAVR não foram acompanhados pelos dois países por causa das preocupações relacionadas com a política	- Ainda aguardam pela justiça resultante de todos os testemunhos facultados.	- Os resultados do relatório da CAVR não foram implementados pelo governo.	- Não recordou todos os acontecimentos que ocorreram em Timor Leste durante a ocupação.	- Todos os testemunhos concedidos pelas vítimas nunca foram considerados pelo governo nem os autores de crimes graves

	indonésia de Timor Leste.			de reconciliação.				foram processados.
Sabe o que é a Comissão de Verdade e Amizade TL/Indonésia ?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre a Comissão?	Não.	Sim.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.
Aspetos positivos da Comissão	Não refere.	- Descobrir todos os dados sobre os crimes graves;	- Não refere.	- Fornece recomendações para ambos os governos, tanto de Timor Leste como da	- Não refere.	- Não refere.	- Não refere.	- Não refere.

				Indonésia; Criou leis de reparação e memorial institucional, a fim de recordar os crimes graves cometidos no passado em TL.				
Aspetos negativos da Comissão	- Apenas foi instituído para promover a amizade, ignorando a justiça para as vítimas.	- Não refere.	- Foi um truque político para esconder o que foi produzido pela Comissão	- Todas as recomendações da CVA não foram implementadas devido a falta de seriedade do Parlamento	- Não trouxe qualquer justiça para as vítimas de crimes graves.	- Repleto de mentiras.	- Decisão política pelos líderes dos dois países que não era a favor das vítimas de crime grave.	- Serviu para gastar os orçamentos do estado; - Não foram seguidas todas as indicações

			CAVR no relatório Chega.	Nacional em retificar as leis.				contidas nas recomendações da CAVR.
Acha que deve ser criado um Tribunal Internacional Ad Hoc para Timor- Leste?	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	+/-	Sim.
Acha que as autoridades timorenses fizeram tudo o que podiam fazer?	Sim, se julgarem os autores de crimes graves.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não, talvez um dia.
Qual o impacto para	- Caos, violência e crime.	-Não há consequências para todas	- Revolta das vítimas;	- Descrença no decurso da justiça formal;	- Descontentamen to no que	- Violência e crime em semelhança	- Desconfiança do sistema	- Descrença na justiça e na lei.

a sociedade timorense?	- Descrença no sistema judicial.	as vítimas de crimes graves, uma vez que estão todas a entrar na velhice.	- Fazer justiça pelas próprias mãos; - Descrença na justiça e na lei.	- Problemas futuros; - Mais crimes.	concerne a justiça; - Rejeição da sociedade sobre as vítimas de violência sexual.	ao do passado; - Instabilidade.	judicial de TL.	- Violência e crime.
-------------------------------	----------------------------------	---	--	--	--	--	-----------------	----------------------

SÍNTESE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS (25-32)

	25	26	27	28	29	30	31	32
Sexo	M	M	F	M	F	F	F	F

Ano de nascimento	1973	1982	1976	1961	1985	1983	1964	1973
Nível de escolaridade	Lic.	Lic.	Secundário.	Lic.	Lic.	Lic.	Pré-secundário	Lic.
Residiu em TL durante ocupação indonésia?	Sim.	Sim.	Sim.	Não refere.	Sim.	Sim.	Sim.	Não refere.
Foi vítima?	Sim.	Sim.	Sim (Indireta).	Sim (Indireta).	Sim.	Sim (Indireta).	Sim (Indireta).	Sim (Indireta).
Conhece quem tenha sido vítima?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Sabe o que é o Painei Especial sobre Crimes Graves?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Não.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva	Sim.	Sim.	Não.	Não.	-	-	Não.	Não.

sobre o Painei?								
Aspetos positivos do Painei	- Cumpriu de uma forma excelente o seu mandato com a finalidade de processar os perpetradores de crimes graves.	- Foi muito bom e muito importante.	- Não refere.	- Os crimes ligeiros foram os crimes resolvidos entre os perpetrados e as vítimas na reconciliação.	-	-	- Não refere.	- Não refere.
Aspetos negativos do Painei	- Não refere.	- Não teve o apoio do governo de Timor-Leste, uma vez que	- Está mais preocupado com os interesses políticos do	- De todos os crimes graves, a maioria dos casos não foi	-	-	- Criado para julgar os casos de crimes pequenos e	- Os documentos e as investigações já recolhidas

		existem muitos casos que ainda continuam impunes.	que com o processo judicial contro os principais autores de crimes graves.	resolvido, apenas um ou dois casos se conseguiram resolver, os restantes casos foram silenciados.			não os grandes.	eram somente para arquivo. - Não tem competência jurídica para continuar este processo a um nível mais alto.
Sabe o que é o Tribunal <i>ad hoc</i> de Jakarta?	Sim.	Sim.	Sim.	+/-	Não.	Não.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre o Tribunal?	Não.	Não.	Não.	Não.	-	-	Não.	Não.

Aspetos positivos do Tribunal	- Não refere.	- Unicamente processou Eurico Guterres e Abílio Osório Soares.	- Não refere.	- Não refere.	-	-	- Não refere.	- Não refere.
Aspetos negativos do Tribunal	- Mostrar à comunidade internacional que também respeitam os direitos humanos, mas na realidade não é assim.	- Não julgou os principais autores pelos crimes graves cometidos em Timor Leste na época.	- Não forneceu soluções para as vítimas de crimes graves contra a humanidade cometidos em TL durante a ocupação indonésia, dado que não processou os principais	- Não produz nem dá resposta adequada para a situação real do povo timorense.	-	-	- É apenas uma política de vergonha cheia de farsa.	- Os documentos e as investigações que já tinham sido recolhidas era somente para arquivo e ainda não sabemos quais são as medidas que serão

			autores dos crimes.					adotadas para processar as informações.
Sabe o que é a CAVR?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Tem opinião positiva sobre a CAVR?	Sim.	+/-	Sim.	- Não refere.	Não.	-Não refere.	+/-	Sim.
Aspetos positivos da CAVR	- Contribuiu para a história do país e para a presença do relatório da CAVR, que ajudou na defesa da justiça para todos os	- Permitiu a todos os timorenses poderem viver em conjunto com os autores de crimes graves do passado;	- Foi capaz de coletar todos os documentos e dados sobre todos os acontecimentos de crimes graves contra a humanidade cometidos em	-	- Não refere.	- Recolher todos os documentos e todos os dados acerca de todos os crimes graves contra a humanidade cometidos em Timor Leste	- Estabelecer a reconciliação.	- Processo cultural para que as pessoas, vítimas e autores timorenses envolvidos nos casos menores que aconteceram

	casos de crimes graves contra a humanidade .		TL e de todas as vítimas. - Poderia ser uma história para a próxima geração.			durante a ocupação Indonésia.		durante a ocupação Indonésia, pudessem se reconciliar.
Aspetos negativos da CAVR	- Não refere.	- Falhou o acompanhamento do processo legal.	- Não refere.	-	- Não proporcionou a justiça para as vítimas de todos os crimes graves cometidos em Timor Leste.	- Não refere.	- Aqueles que cometeram os crimes não estavam lá, nem vêm para não se responsabilizarem de nada.	- Não refere.
Sabe o que é a Comissão	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.

de Verdade e Amizade TL/Indonésia?								
Tem opinião positiva sobre a Comissão?	- Não refere.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.
Aspetos positivos da Comissão	- Continuação da Comissão CAVR, em defesa da justiça para todos os crimes graves que ocorreram no passado.	- Não refere.	- É um produto dos líderes políticos de Timor-Leste e da Indonésia para fortalecer os laços de amizade.	- Não refere.	- Não refere.	- Não refere.	- Não refere.	- Concluiu algumas recomendações importantes para os dois estados poderem fazer com seriedade as atividades para o

								processo de reconciliação e de justiça.
Aspetos negativos da Comissão	- No que concerne em processar os perpetradores de crimes graves, não foram tão graves.	- Falta de seguimento relativamente a todos os casos de crimes graves cometidos em Timor Leste.	- Não fez nada para proporcionar justiça as vítimas de crimes graves contra a humanidade em Timor Leste.	- É uma contracorrente da realização do processo judicial em Timor Leste.	- Criada apenas para fortalecer os laços de amizade. - Não foi capaz de alterar os pontos de vista da sociedade acerca de todos os crimes graves.	- A comissão estava mais preocupada com os interesses políticos do que com a lei.	- Não existia a verdade de que eles falavam, a não ser a amizade.	- No final não aconteceu nada sobre as recomendações.
Acha que deve ser criado um Tribunal Internacional	Sim.	Sim.	Sim.	Não.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.

l Ad Hoc para Timor- Leste?								
Acha que as autoridades timorenses fizeram tudo o que podiam fazer?	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	+/-	Não.
Qual o impacto para a sociedade timorense?	- Ausência da justiça.	- O ódio e as represálias permanecerão na comunidade até não ser feita justiça; -Enorme potencial para a ocorrência de	- Esgotamento da confiança sobre o sistema judicial; - Mais crimes graves.	- Mau funcionament o do sistema judicial e político;	- Insatisfação; - Descrença no justiça.	- Insatisfação das vítimas sobre o sistema legal do país.	- Mais violência devido a angústia;	- Situações de descontentam ento; - Desigualdade social e a injustiça social;

		violência ou crimes no futuro;						
--	--	--------------------------------	--	--	--	--	--	--

